



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS E POBRES			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0335/15	DATA: 16/04/2015	
LOCAL: Plenário 14 das Comissões	INÍCIO: 10h33min	TÉRMINO: 13h10min	PÁGINAS: 55

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ÁTILA ROQUE - Diretor-Executivo da Anistia Internacional do Brasil.

SUMÁRIO

Debata sobre as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de jovens negros e pobres no Brasil.
Apreciação de itens constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.
Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Declaro abertos os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as causas, razões, consequências, custos sociais e econômicos da violência, morte e desaparecimento de Jovens Negros e Pobres no Brasil.

Vamos passar direto para a audiência pública. Iniciaremos a audiência pública desta Comissão de Inquérito, resultado da aprovação do Requerimento nº 12, de 2015, da Deputada Rosângela Gomes, nossa Relatora.

Informo que durante a fala dos convidados não haverá apartes. Os Deputados interessados em interpelar os convidados deverão inscrever-se previamente junto à secretaria da Comissão. O nosso militante Deputado Delegado Edson Moreira pede a inscrição.

Convido, para sentar-se à mesa, o Sr. Átila Roque, Diretor-Executivo da Anistia Internacional. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Sr. Átila Roque, por 20 minutos.

O SR. ÁTILA ROQUE - Bom dia a todas! Bom dia a todos!. É uma grande honra, um grande prazer, de fato, estar aqui hoje com os senhores.

Eu acho que eu não preciso sublinhar o papel histórico desta CPI e o papel central que o Parlamento, como a Casa da sociedade, a casa do povo, tem nessa discussão, que é complexa, e para a qual não se deve buscar fáceis consensos, nem falsas soluções, mas, acima de tudo, é fundamental que se traga essa discussão para o topo da agenda de prioridades da sociedade brasileira. Eu acho que essa deveria ser a nossa maior e principal preocupação. Durante muito tempo, a sociedade brasileira silenciou sobre o tema dos homicídios, da tragédia que é o homicídio de jovens neste País, em particular daqueles jovens que vivem nas periferias, nas favelas, nos territórios, roubados de seus direitos e que são, em grande parte, jovens negros.

Antes de eu começar, eu queria passar um vídeo, curtinho — eu conversei aqui com o Presidente, não se assustem, é só de 1 minuto e pouco —, da campanha que a Anistia Internacional está conduzindo no Brasil e fora do Brasil, justamente para despertar a sociedade para o tema. Nós consideramos como uma das grandes questões que enfrentamos hoje, justamente, a invisibilidade, a tragédia que é nos termos praticamente a cada dois dias um avião derrubado cheio de jovens, entre 15



e 29 anos. Isso sequer vira notícia no jornal ou muito raramente vira notícia no jornal. Então, a invisibilidade é um tema importante dessa campanha.

Eu pediria, por favor, que passassem esse vídeo da campanha. Quem quiser assinar...

(Exibição de vídeo.)

O SR. ÁTILA ROQUE - Bom, tenho 20 minutos, mais ou menos. Não estou tão familiarizado com as normas Parlamentares, mas eu vejo isso aqui como uma oportunidade pra gente trocar alguma conversa e trazer alguns aspectos que, pra a Anistia, são centrais pra essa temática.

Primeiro, acho que é importante que V.Exas. saibam — imagino que alguns saibam — o que é a Anistia Internacional. Nós somos uma mescla, uma mistura autêntica de organização internacional e movimento desses cidadãos. Temos cerca de, entre membros, apoiadores, ativistas, quase 7 milhões de pessoas, no mundo inteiro. Atuamos sobre temas e causas de direitos humanos em mais de 200 países. E temos presença física — escritório, seção, base de trabalho, etc. — em quase 80. Acho que estamos em 76 hoje. É uma organização com 53 anos, vai completar 54 anos de existência. Ganhamos um Nobel da Paz. E trabalhamos sobre o Brasil desde a década de 70. A Anistia começa a trabalhar com o tema do Brasil, sobretudo, em torno do período da ditadura, com os relatórios e o trabalho em torno da questão da tortura, do desaparecimento e da repressão no País. O primeiro relatório internacional sobre tortura que a Anistia publicou no mundo, o primeiro deles foi sobre o Brasil. Foi um relatório publicado em 1971. Então, só pra V.Exas. terem ideia da onde eu falo. Outra coisa importante de saber é que a Anistia preza e valoriza muito a sua independência e a sua imparcialidade em relação ao esforço de apurar, investigar e analisar os dados, as denúncias que nos chegam, da maneira mais correta possível, do ponto de vista técnico. Isso é uma dimensão que nos dá muita legitimidade. Então, a pesquisa é um pilar importante do nosso trabalho pra que alimente as nossas campanhas, o nosso mandato fundamental, que é influenciar os Estados, os organismos internacionais e as políticas públicas. Mais de 80% dos nossos recursos vêm de doações individuais. A Anistia se financia fundamentalmente por doações de pessoas físicas, mais de 80%. Nós não recebemos recursos de Governo e não recebemos recursos de empresas privadas.



Os outros 20%, 19% vêm de fundações e de outras organizações sem fins lucrativos. Isso é importante porque reforça muito a nossa reivindicação de independência e imparcialidade no tratamento das questões. O nosso compromisso é de fato com a garantia dos direitos humanos, tal como é consagrado em diversos tratados e na sede internacional.

Olhando pro tema que nos traz aqui, como já mencionamos, acho que nós podemos falar que o Brasil, sem dúvida nenhuma, vive uma espécie de crise sistêmica na área de segurança pública, em todos os níveis. Eu acho que o que nós estamos enfrentando aqui nesta CPI, na verdade, é a ponta de um *iceberg* que podemos até perceber como uma tragédia civilizacional. Nós estamos falando de um país que, de fato, infelizmente, tem abandonado uma parcela enorme da sua juventude à sua própria sorte. E, entre outras coisas, isso resulta em muitas violações e supressões de direitos. E a mais grave de todas é o índice altíssimo que o Brasil mantém, consistentemente, ao longo dos últimos 20 anos, de homicídios dos seus jovens, de homicídios da juventude. Isso é o primeiro ponto que é preciso que a gente sublinhe. E é preciso que a CPI chame a atenção. O Estado brasileiro, em primeiro lugar, tem falhado na sua responsabilidade em proteger a sua adolescência e a sua juventude, que são as principais vítimas da violência letal no País. Infelizmente, o Estado não apenas falha na garantia e na proteção desse direito, como muitas vezes, com muita frequência, é algoz e, com muita frequência, também é perpetrador dessa violência através da ação dos agentes de segurança pública. É importante dizer que o Brasil tem um dos índices mais altos de letalidade policial do mundo, o que é muito grave. Também é importante dizer que se morre muito, que a polícia, em grande medida — acho que é importante sublinhar —, às vezes é algoz e vítima, simultaneamente. Nós sabemos — isso precisa ser considerado — que é muito fácil jogar toda a responsabilidade da letalidade policial nas costas do profissional que está na ponta, daquele profissional que responde a uma determinação do Estado, a uma política de segurança, política essa que está ancorada e sustentada na ideia da guerra, da guerra contra o crime, da guerra contra o tráfico, da guerra contra o terror, ou seja, da guerra que suspende direitos das periferias, da guerra que criminaliza pobres e negros, da guerra que escolhe a juventude como o seu principal objeto de combate. E qualquer coisa que ocorra



nesse processo é dano colateral, e a sociedade, infelizmente, vira as costas e admite.

Nesse exato momento em que nós estamos falando, pessoas estão sendo mortas. Ontem à noite, em São Paulo, se não me engano, seis ou sete pessoas — eu vi agora de manhã — foram mortas em uma chacina na periferia de São Paulo. Nós vimos, infelizmente, há duas semanas, o caso do menino Eduardo, no Morro do Alemão, no Rio de Janeiro. Há muitos outros casos. Nós assistimos, recentemente, à situação do Bairro do Cabula, em Salvador, onde 12 pessoas, segundo todos os indícios, tudo o que nós temos ouvido, todos os testemunhos que temos coletado, foram sumariamente executadas pela polícia. Então, é uma questão que precisa ser apurada e esclarecida.

De fato, nós temos falhado, como sociedade e como Estado, na garantia desse direito fundamental, que é o direito à vida. Isso não é um tema que deva ser restrito e reduzido ao tema da polícia. Esse é o primeiro ponto que eu acho importante esclarecer: o tema de um conjunto de responsabilidade do Estado como um todo, que, se não priorizar, se não colocar a agenda da segurança pública como uma agenda fundamental, na garantia dos direitos — ou seja, a segurança pública não é um problema só da polícia, ou um problema da sociedade, é um problema de todo o conjunto do Estado —, nós ficaremos sempre rodando em cima do mesmo eixo, de experiência-piloto, de casos excepcionais, de situações em que num momento são bem sucedidas, no momento seguinte, o avanço retrocede, como temos muitos exemplos, ao longo dos últimos 20 anos. Podemos citar, pontualmente, várias políticas, tanto no âmbito município, estadual quanto nacional, que são bons exemplos que poderiam ser a base de um pensamento de médio e longo prazos, que revisitassem toda a estratégia de segurança. Mas, infelizmente, não é porque não tenha havido nem pressão da sociedade para que isso ocorra, nem vontade política por parte do gestor público e das pessoas de responsabilidade executiva neste País para tratar esse tema na escala de prioridade que ele deveria ter. Veja, nós estamos falando — eu vou só repetir, vocês ouviram isso do Prof. Jacobo — de 56 mil pessoas mortas no Brasil, no ano de 2012. Estamos chegando rapidamente a 60 mil pessoas. É certamente, do ponto de vista absoluto, um, dois, se não o maior número no mundo. É mais do que a soma de várias guerras. Desses



quase 60 mil, mais da metade são jovens entre 15 e 25 anos. Evidentemente, entre esses jovens, nós vamos encontrar uma super-representação de negros que estão em situação de risco, seja por conta do território, seja por conta da idade, seja por outras situações. Desses 30 mil jovens, 77% são negros.

Estamos falando do período de transição, a democracia. Estamos falando do período em que este País deu um salto excepcional no que diz respeito à construção de suas instituições. Estamos falando do período em que o Brasil produziu uma das Constituições mais avançadas do mundo, que é exemplo, do ponto de vista de seus capítulos que tratam da garantia de direitos. Estamos falando de um período em que as políticas sociais, em que a questão da desigualdade, em que a questão da pobreza foi enfrentada. Temos críticas, podemos reconhecer erros, etc., mas foi sinalizada como uma prioridade. Ainda assim, nesse período de tantos avanços, um tema tão fundamental como o dos homicídios anda para trás de forma tão significativa. Aumentou em 148, quase 150%, o número de pessoas assassinadas no País entre 1980 e 2012.

Isso é uma questão para nós refletirmos. Nós precisamos pensar que sociedade nós estamos gestando, sociedade essa que admite que durante tanto tempo, com tanta constância, tanta gente siga morrendo assassinada neste País e, desses tantos, jovens. Estamos falando de 1,2 milhão de pessoas assassinadas.

Alguns aspectos desse processo precisam ser pontuados. Eu não tenho a ambição de esgotar esse tema. Como eu disse, estamos falando de um tema de grande complexidade. Eu vou pontuar alguns que, para nós, do ponto de vista da Anistia, da nossa agenda, são importantes. Acho que poderíamos acrescentar outros, e V.Exas., com o conhecimento que têm sobre políticas públicas, certamente, devem acrescentar mais alguns. Esta é a grande beleza de, neste momento, podermos estar reunidos aqui numa CPI que está tratando desse tema. Esta é a importância histórica desta CPI.

Em primeiro lugar, eu já mencionei, é o discurso da guerra. Nós vivemos uma circunstância no Brasil em que, durante muito tempo, admitiu-se, e ainda admite, que traçassemos e construíssemos políticas de combate à violência instauradas sob o conceito de combate, sob o conceito de enfrentamento, sob o conceito de eliminação do inimigo. Não preciso lembra-los das canções de treinamento dos



BOPEs da vida. Enfim, quantas vezes nós vemos nos noticiários, recorrentemente, denúncias de que as canções de treinamento das polícias estimulam o extermínio, valorizam o corpo no chão, clamam pela morte do inimigo!

Então, esse tema da guerra se desdobra na questão da criminalização de uma grande parcela da população e de uma situação de quase suspensão de direitos em alguns territórios. É como se nós disséssemos que no Bairro do Cabula, no Complexo do Alemão, na Favela da Maré, os direitos estão suspensos, porque aqueles são territórios ocupados por um exército inimigo e aquela população, em grande medida, é cúmplice desse exército inimigo, portanto, nós temos que entrar ali e enfrentar isso a todo custo, mesmo que isso signifique que um menino de 10 anos tenha sua cabeça explodida por um tiro de fuzil de um soldado da polícia, e o Estado sequer se sinta compelido a pedir desculpas à mãe desse menino, sequer o Governador se ajoelhar diante dessa mãe e pedir desculpas. Isso não acontece. Então, nós temos que romper com a lógica da guerra.

Outro ponto fundamental é a impunidade. Ainda que sejamos um dos países que mais prende no mundo, hoje, temos a quarta maior população prisional do planeta. Nós estamos prendendo muito mal. Estamos prendendo, sobretudo, pessoas que cometeram crimes contra o patrimônio, supostamente, e classificados como tráfico de drogas. A gente sabe que essa classificação se coloca com um peso muito maior sobre o pequeno varejista. Muitas vezes, apenas o usuário pobre, que foi pego com uma certa quantidade de drogas, é jogado na prisão para passar por uma formação e uma escola de pós-graduação no crime. Não vamos falar sobre isso aqui, porque não é este o objeto da CPI, mas sabemos muito bem quais são as condições do nosso sistema prisional.

Então, este país que prende muito — e vocês também devem ter ouvido isso do Jacobo — tem um grau de resolução dos homicídios extremamente baixo. Entre 5% e 8% são constituídos como inquérito e vão a julgamento, e menos do que isso chega-se a resultados de responsabilização. É como se estivéssemos dizendo que este país que mata quase 60 mil pessoas por ano não está preocupado em punir esses crimes, é como se estivéssemos dando uma licença para matar ou, sendo um pouco mais cáustico, é como se estivéssemos dizendo que algumas pessoas são mais matáveis do que outras.



E aí é muito chocante, e é um fator que precisa ser levado em conta, que crimes bárbaros, chacinas que ocorreram ao longo das últimas décadas, há mais de 20 anos, levam 20, 25 anos para ser objeto de julgamento e investigação, com um desprezo, numa escala incomensurável, à dor das mães, das avós, dos familiares, dos amigos daquelas comunidades que sofreram isso. Estamos falando de chacinas como a de Acari, que em julho deste ano completa 25 anos, e é um dos exemplos da impunidade, do desprezo, da indiferença. Onze jovens foram sequestrados, seus corpos até hoje não foram encontrados. Depois, uma das principais representantes das Mães de Acari, a Edmeia, que lutou por justiça, que se colocou...

É preciso que se diga, prezados Deputados e Deputadas, que os grandes heróis, os grandes defensores dos direitos humanos, aquelas pessoas a quem a gente deveria estar prestando todas as nossas homenagens — as mães, as avós, os familiares — estão, na sua maior parte, abandonados na sua solidão, mas não desistem da sua luta, pessoas que pagam um preço alto, como a Edmeia pagou, sendo assassinada, em 1993. E, mais de 20 anos depois, o seu processo ainda aguarda a constituição do júri.

Já como sugestão, acho que é muito importante que esta CPI vá a essas mães, vá a essas avós, vá a esses movimentos de familiares, ouça diretamente deles, não de mim, que não sou a pessoa que estou naquele lugar, o que significa a perda dessas vidas, o que significa essas histórias interrompidas, o que eles têm a dizer sobre seus filhos que foram mortos e que são, em grande medida, devolvidos à sociedade como bandidos, marginais, traficantes, etc. mortos em confronto. Eles são despersonalizados.

A falha do Estado e da Justiça em dar uma resposta a essa situação causa vários problemas de impunidade, e um deles é a ausência de diagnósticos precisos, detalhados, sobre as circunstâncias em que essas mortes estão ocorrendo. Esse é um dos problemas que a gente enfrenta. Muitas vezes, a gente ouve, como Anistia Internacional, que não é só a polícia que mata, que não é só esse ou aquele. É fato. É verdade.

Nós precisamos aprofundar o conhecimento sobre as circunstâncias dessas mortes, porque esse é um fator fundamental para um diagnóstico de políticas



públicas. O fato de a gente sequer levá-los a julgamento mostra o quanto de descaso nós estamos dedicando a esse tema.

Eu falava da polícia brasileira e de quanto ela mata. Só para V.Exas. terem uma ideia, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que, hoje, é um dos principais espaços plurais de discussão de segurança, um espaço que reúne pesquisadores, organizações de direitos humanos, vários profissionais de segurança, ONGs, etc., em uma das pesquisas publicadas recentemente, mostrou, com dados disponíveis, que, em 5 anos — e esses dados são tremendamente incompletos, porque o Brasil coleta muito mal os dados de letalidade causada por agente policial —, as polícias brasileiras mataram cerca de 11 mil pessoas, o que representa, em 5 anos, mais do que todas as polícias dos Estados Unidos mataram em 30 anos. São dados, sob qualquer padrão, excessivamente altos.

E veja, eu estou dando o exemplo da polícia americana, porque é uma das que mais mata. E nós, na Anistia Internacional, temos trabalhado sistematicamente nessa questão, nos Estados Unidos. É importante que V.Exas. saibam que uma das prioridades da Anistia Internacional, em relação ao seu trabalho nos Estados Unidos, é justamente o alto grau de letalidade da polícia. Talvez V.Exas. tenham visto o caso de um jovem negro que foi assassinado, recentemente, por um policial branco em Ferguson, caso esse em que a Anistia se encontra profundamente envolvida.

Então, mesmo comparando com um país que está muito longe, muito longe mesmo, de ser modelo nessa questão, nós estamos tremendamente atrás. Em 5 anos, matamos mais de 11 mil pessoas, o que representa o que os Estados Unidos mataram em 30 anos. E, certamente, se formos olhar para o número de perdas de vidas de policiais, também vamos chegar a proporções muito parecidas. Os nossos policiais estão sendo colocados em situações de alto risco, sem apoio psicológico, sem condições de infraestrutura, com baixa capacidade de treinamento, sujeitos a uma política que muitas vezes os leva a se tornarem algozes e, na hora de o Estado assumir essa responsabilidade, eles ficam solitários.

No final das contas, quando ocorre a investigação, muitos poucos desses casos são investigados, porque nós não temos um processo de investigação independente, que garanta que uma coisa tão grave quanto o Estado matar, ilegalmente, fosse imediatamente esclarecida. É do interesse da polícia, é do



interesse da sociedade, é do interesse da cidadania que isso seja rapidamente esclarecido. Embora a maior parte permaneça sem nenhuma investigação, quando ocorre, é esse soldado que está na ponta que é responsabilizado. Raramente, quiçá nunca, vimos um Governador ser responsabilizado, um Secretário de Segurança ser responsabilizado ou mesmo um Comandante de tropa ou batalhão ser responsabilizado. É muito raro. É muito raro eles serem indiciados.

No recente caso do Amarildo, no Rio de Janeiro, em que 25 policiais foram indiciados, levou muito tempo — e foi depois de muita pressão — para que o comandante daquela UPP, que estava diretamente implicado naquele crime, fosse também indiciado. Então, nós também temos uma rotina em que a polícia fica solitária no seu papel de garantidor do direito da segurança.

Vou falar rapidamente, mais uns 5 minutinhos, primeiro, sobre a campanha da Anistia Jovem Negro Vivo. Nós resolvemos entrar com peso nesse tema por duas ou três razões, primeiro, porque o tema da segurança pública, da letalidade policial, da violência, é histórico para a Anistia, porque se trata de um tema em que no Brasil a gente tem muito acúmulo, em primeiro lugar, mas também no mundo. Nós temos uma unidade internacional especializada em polícia. Nós, por exemplo, acabamos de publicar, a dois dias atrás, um relatório sobre o uso de armas menos letais. Nós temos todo um aparato de estudos e protocolos sobre práticas policiais em outros países. Temos muita experiência de diálogo, mesmo de atuação direta em processos de formação de policiais. Essa é uma área que nos é muito cara.

Aqui no Brasil, nós temos feito um grande esforço para dialogar com a polícia, em todos os níveis. No momento em que estou falando aqui, por exemplo, não agora, mas hoje à tarde, nós estaremos com o Secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, falando para todos os gestores da segurança pública no Rio sobre os desafios e as questões que implicam em segurança pública. Há uma semana, eu estive reunido com o alto comando da Polícia Militar do Rio de Janeiro para discutir a questão do Alemão com moradores e outras organizações. Então, em nenhuma circunstância, nós somos avessos a esse tipo de diálogo, muito pelo contrário. Esta é primeira razão.

Segunda razão: nós consideramos fundamental que esse tema do homicídio, em particular homicídio de jovens negros, seja objeto de atenção de uma



organização com a capacidade de mobilização, com a legitimidade e a responsabilidade da Anistia Internacional. Já passou da hora de esse tema ser reconhecido como um tema de toda a sociedade, como um tema da cidadania e não como um tema apenas das vítimas, apenas dos movimentos negros.

A nossa campanha, que tem um componente de pesquisa, de mobilização e sensibilização, vai durar muito tempo, é uma campanha que pretende avançar propostas, é uma campanha que pretende contribuir para que a gente destampe essa panela e fale sobre esse tema, com a perspectiva de urgência que esse tema merece.

Aqui na porta há três ou quatro voluntários, queridos, da Anistia Internacional aqui do DF. Eles estão com o nosso manifesto para vocês aderirem, com materiais da campanha. E, a qualquer momento que precisarem e quiserem, basta pedir diretamente a nós, no escritório, que disponibilizamos.

Em termos de recomendações, eu vou ser bem rápido agora, porque o tempo passou. Depois, podemos voltar a falar sobre isso. A nossa primeira recomendação a esta CPI é para que considere nos seus trabalhos a importância de elaborarmos, no Brasil, uma política de redução de homicídios. Esta é uma demanda que já vem há mais de uma década, demanda essa que tem sido adiada de forma recorrente. Já tive a oportunidade de conversar com o Ministro Cardoso sobre isso, mais de uma vez, com a SENASP — Secretaria Nacional de Segurança Pública. Esse é um tema que eu sempre levo nas interlocuções que tenho com os secretários de segurança de vários Estados do Brasil. É muito importante estabelecermos metas para chegar à redução efetiva de homicídios. Outra coisa: isso tem que vir acompanhado de vários instrumentos, desde a criação e o fortalecimento de delegacias especializadas — nós temos poucas delegacias especializadas em homicídios —, polícias independentes e muito bem equipadas, profissionais bem formados, bem equipados, com capacidade de rapidamente garantir que a cena do crime seja preservada, seja apurada, seja levantada, e independentes, com capacidade de atuarem fora dos interesses corporativos de qualquer ordem que possam estar influenciando aquela investigação. Esse é um ponto.

Outro ponto: eu gostaria de apelar a esta CPI para que ajudasse na aprovação do PL nº 4.471, que trata do auto de resistência. Esse é um tema que tem



sido muito caro à Anistia, há muito tempo, muito caro aos movimentos de direitos humanos no Brasil, muito caro aos familiares das vítimas. A gente sabe que, por detrás da denominação de auto de resistência, acaba-se dando, novamente, quase uma carta branca para que o policial se sinta confortável para fazer uso da força letal numa situação que nem sempre é de confronto e que, muitas vezes, é pura e simplesmente de execução.

Outro ponto que eu queria trazer, porque nós estamos, neste momento, com esse tema em discussão no Congresso, é que resistamos, ferozmente, à revogação, modificação, flexibilização do Estatuto do Desarmamento. Não tenho tempo agora, mas eu tenho uma quantidade de dados e informações aqui que demonstram o impacto da circulação de armas no Brasil. Hoje, no Brasil, temos quase 16 milhões de armas em mãos privadas, sendo que, dessas, menos da metade estão registradas, 6,8. Somente 8,5 milhões não estão registradas, e quase 4 milhões delas estão em mãos criminosas. Então, nós não precisamos, definitivamente, colocar mais armas em circulação nessa sociedade. Cerca de 99% dos homicídios, no Brasil, são realizados com arma de fogo.

Outro tema para o qual eu gostaria de chamar a atenção da CPI — evidente, para nós, é um tema muito caro, muito importante para as organizações de direitos humanos — é a redução da maioridade penal.

Eu falava, no início, que não devemos buscar soluções simplistas nem fugir da complexidade da discussão dessa agenda sobre homicídio. Infelizmente, o tema da idade penal no Brasil tem se prestado, com muita frequência, à demagogia, tem se prestado a uma política que eu costumo chamar de medo fabricado, em que você trabalha com um sentimento legítimo da população, a dor, de quem sofre, ou eventualmente sofreu ou imagina que pode sofrer uma violência, e busca um bode expiatório para essa situação, em vez de enfrentar a questão na sua dimensão sistêmica.

A questão da redução da maioridade penal vai apenas, se viermos a cometer o erro de aprova-la, sinalizar que o Brasil está de fato virando as costas para seus jovens, para suas crianças, para seus adolescentes; vai sinalizar que o Brasil considera que uma parte desses jovens deve desaparecer de alguma maneira, ou



assassinados, porque é preciso que se diga que eles são, de fato, vítimas, na sua maioria, e muito pouco são algozes.

Os dados que estão aí são conhecidos, menos de 1% dos crimes violentos são cometidos por jovens entre 16 e 18 anos. Então, é preciso que a gente fuja dessa abordagem demagógica e profundamente dramática quando se pensa a situação da infância e da adolescência hoje no Brasil.

Temos uma das legislações mais avançadas nessa área, que precisa ser aprimorada, ser implementada, mas isso, de forma alguma, significa a necessidade da redução da maioridade. Aliás, hoje, temos vários estudos para mostrar que há uma tendência contrária no mundo. Os países que a adotaram estão voltando atrás. Com base nos diferentes estudos que foram realizados, em particular nos Estados Unidos, na Inglaterra e também em outros lugares, mostrou-se que o grau de eficácia disso na redução da violência e na proteção da criança e do adolescente foi contraproducente.

Outro tema que para nós é importante — de novo, isso não deve ser visto como uma solução mágica, mas é um tema que pelo menos deve ser discutido, aprofundado e enfrentado — é o da desmilitarização das polícias e o da reforma estrutural do sistema de segurança. Quando eu falo em desmilitarização, costumo dizer que é muito mais do que simplesmente acabar com a Polícia Militar ou transformar todos numa única polícia. É você romper com a cultura da guerra, é você romper com a cultura do enfrentamento, é você criar para as polícias mecanismos internos que permitam que elas sejam garantidoras de direitos e não violadoras de direitos, que os policiais sejam considerados cidadãos de primeira classe, que sejam considerados aquelas pessoas que estão ao lado da sociedade e não contra ela numa guerra que só tem perdedores, inclusive, na própria segurança.

Essa é uma reivindicação que vem dos próprios profissionais da segurança pública. No âmbito da SENASP — Secretaria Nacional de Segurança Pública, em 2006, ou 2007 ou 2009, não lembro o ano, foi feita uma pesquisa, entre profissionais de segurança, que mostrou que eles próprios faziam essa reivindicação. Mais recentemente, em 2012, se eu não estou enganado, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública também fez uma pesquisa, em que foram entrevistados cerca de



25 mil profissionais de segurança pública de todas as categorias, e a maior parte deles faziam solicitações nessa mesma linha.

Enfim, vou encerrar por aqui, mais uma vez agradecendo pela oportunidade de vir aqui, colocando a Anistia Internacional à disposição desta CPI, não só o que nós estamos fazendo diretamente com os nossos esforços de pesquisa e etc., mas também em relação a toda a nossa rede de pessoas que atuam nesse campo. Mais uma vez recomendamos a V.Exas. a irem ao terreno, aos Estados, às cidades, aos territórios onde a violência está ocorrendo e ouçam as organizações locais, ouçam os familiares, ouçam aqueles que viveram e vivem diretamente a tragédia e a dor de perder filhos, pais, netos, irmãos para a violência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos dar início à fala dos Deputados e Deputadas. Parece que o Deputado Delegado Éder Mauro tem uma questão de ordem.

Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria de contar com permissão de V.Exa. para fazer as minhas considerações agora, em seguida, deliberarmos os requerimentos, por causa de um compromisso que tenho, como eu já lhe coloquei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós temos, na verdade, os Requerimentos 1, 2, 3, 4, 5, 6. De autoria do Deputado Delegado Éder Mauro, nós temos um único requerimento, que é o primeiro. Pela ordem de inscrição, para intervenção, o primeiro é o Deputado Edson Moreira. Se o Plenário estiver de acordo, nós podemos votar os requerimentos, se houver quórum. Há quórum? Há quórum. Então, vamos apreciar o requerimento do Delegado Éder Mauro, que tem um compromisso, e depois retomar, pela ordem de inscrição — isso, se os Deputados concordarem — à fala dos Srs. Deputados.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, caso os colegas concordem, V.Exa. poderia, também, fazer a inversão na ordem dos inscritos, para que eu possa me pronunciar agora, a fim de que eu possa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas aí são duas coisas. Primeiro, nós vamos inverter a pauta para votar o requerimento de V.Exa., depois,



nós vamos seguir a ordem de inscrição. Depende dos Deputados que estão inscritos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu peço ao nosso convidado, Dr. Átila Roque, um tempinho, só para votar uns requerimentos, depois, passamos ao debate.

Passamos ao processo de apreciação dos requerimentos. Vamos apreciar, pela ordem dos requerimentos, o Requerimento nº 20, de 2015, de autoria do Sr. Delegado Éder Mauro, que pede o levantamento dos homicídios acontecidos entre os meses de janeiro a dezembro dos anos de 2012, 2013 e 2014.

Com palavra o nobre Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu dei entrada nesse requerimento, porque o que nós estamos apurando é exatamente a questão das mortes de jovens em nosso País, principalmente na última década, com a eclosão a partir do ano de 2012, o que já foi claramente demonstrado pelas pesquisas feitas aqui, pelos palestrantes que aqui já estiveram.

Eu não vejo como dado mais concreto do que se possa ter é exatamente que se oficie todas as Secretarias de Segurança de todas as unidades federativas para que eles informem, através das suas delegacias de homicídio, porque lá tem que estar registrados todos os homicídios ocorridos nas cidades, quantos homicídios ocorreram, quais as condições em que esses homicídios ocorreram, se envolveram jovens das idades de 14 a 29 anos, qual a causa desse homicídio, a cor desse jovem, a categoria de classe desse jovem e a motivação desse crime. Eu acho importante um expediente dessa forma, porque nos vai trazer dados concretos para que possamos, aqui reunidos, somar e podermos ter uma ideia concreta do que aconteceu nos últimos 5 anos, inclusive com as motivações. O que nós precisamos aqui, com certeza, é alcançar motivação para que se possa entender o que está matando realmente os nossos jovens.

Logo após, com a inversão da ordem das considerações, eu quero fazer algumas considerações que o Sr. Átila Roque, da Anistia Internacional, colocou. Eu gostaria de contar com o deferimento dos pares.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se há algum Deputado que queira encaminhar contrário à matéria.

Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu não quero encaminhar contrário, mas eu, no primeiro dia de reunião, pedi a V.Exa. a radiografia dos homicídios acontecidos, de preferência, nas maiores capitais. Esse requerimento só vem ao encontro a ele, só que até agora nós não tivemos dado nenhum. Não temos nenhum dado na mão, sólido, para pesquisar. Então, quer dizer, isso suscita o quê? Requerimentos como esse, que já poderia ter sido facilitado se dissesse a estatística dos homicídios para nós, para a gente analisar. Isso aqui já estaria superado há muito tempo, a meu ver. Mas eu gostaria muito de ter os números de homicídios para a gente analisar porque, na realidade, as mortes são consequências, mas, pelo que eu estou entendendo, se é crime, só pode ser homicídio ou latrocínio, não outra causa que não seja essas. Então, a gente tem que buscar na fonte certa porque, se é para apurar crime contra os negros, contra os jovens e os pobres, tem que ser homicídio e latrocínio, mais nada; ou infanticídio, etc. etc.

Então, vamos partir para sermos mais objetivos; mais objetivos, para a gente ganhar tempo. Porque o tempo urge, Presidente, e, na hora em que a gente vê, nós estamos chovendo no molhado. E quando começar a parte objetiva, nós não vamos ter isso aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - No dia 30 de março de 2015, V.Exa., Deputado Delegado Edson Moreira, realmente apresenta um requerimento que requer diligência em 27 Unidades da Federação para ouvir os chefes de departamento de homicídio das Polícias Cíveis Estaduais.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas houve um problema, e nós não o transformamos em requerimento. Então, o requerimento que pede essas informações agora é apresentado pelo Deputado Delegado Éder Mauro. Na verdade, nós estamos encaminhando...

(Não identificado) - Homicídio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim.



De fato, nós temos um problema que já foi falado por vários especialistas e estudiosos desse tema: a dificuldade de um banco de dados em relação aos homicídios. É evidente que, a partir da aprovação, se isso for aqui o desejo do Plenário desta CPI, nós vamos imediatamente despachar a solicitação das informações a todas as Secretarias Estaduais de Segurança Pública.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, eu não tenho nenhum óbice em relação ao requerimento do Delegado Éder Mauro, mas ontem, num debate aqui com o nosso pesquisador Antônio Teixeira, eu acrescentava que era importante não só solicitar o levantamento dos homicídios, a partir das Secretarias de Segurança ou Defesa Social — pode ser esse período ou maior, isso é uma coisa em que podemos chegar a um consenso —, mas é importante agregar a esse requerimento o dado do DATASUS — Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, porque já está comprovado que existe uma subnotificação muito forte. Então, esses dados somente da área policial, são muito, eu diria assim, rasos para o processo. É necessário.

Então, eu gostaria de saber do Delegado Éder Mauro se tem algum obstáculo para agregar que não seja só para a Secretaria de Defesa Social ou de Segurança Pública — porque tem nomenclatura diferenciada em alguns Estados. Em Alagoas mesmo é de defesa social — e agregar também os dados do DATASUS. O período, eu não sei se somente de 2013. Acho que um período razoável seria 5 anos para fazer um levantamento com maior consistência. Só 3 anos acho que é um período muito curto para a gente levantar. Seria isso para agregar.

Parabenizo a iniciativa do requerimento. Se não tiver óbice, se houver acordo... Se não tiver, eu apresentarei em outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Presidente, eu me inscrevi para defender o requerimento apresentado pelo Deputado Delegado Éder Mauro e apresentar um adendo, se assim o Deputado me permitir, porque eu considero que o Deputado Paulão tem razão de que os últimos 3 anos talvez seja um período insuficiente, sobretudo porque eu caminho por aí. Presidente, eu caminho em muitas



regiões pobres do Estado de São Paulo, sobretudo, e percebo que houve um incremento da violência. Eu diria que talvez tenha havido uma explosão da violência contra a juventude negra, e a observância de um período mais largo é que poderá confirmar essa minha hipótese.

Por isso, se o Delegado Éder Mauro, nosso colega Deputado, não se opuser, eu sugeriria que nós requerêssemos a informação dos últimos 10 anos, Deputado Paulão, dos últimos 10 anos.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Tem a concordância da minha parte.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Evidentemente tem Estados que provavelmente têm um dado mais consolidado, outros um dado menos consolidado, mas 10 anos talvez permita uma série histórica mais relevante para que nós possamos, Deputado Delegado Éder Mauro, aferir aquela que é a tua preocupação e que é a nossa: ter uma base de dados consistentes para orientar nossa investigação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos lá. Teremos a intervenção do Deputado Paulão e, a pedido, do Deputado Davidson Magalhães; depois, passo a palavra ao Autor do requerimento.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, primeiro, concordo com o conteúdo do requerimento, apesar de achar que o período é muito curto, primeiro porque o levantamento do Mapa da Violência, que também é uma fonte de dados e é da fonte de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade do DATASUS já está posto. Já foi apresentado o Mapa da Violência. Então nós já temos uma referência em relação a dados sobre violência contra jovens negros.

O segundo elemento é que desde o início da nossa Comissão se tem colocado, por alguns Deputados, a necessidade dessas informações vindas da Secretaria de Segurança.

Eu concordo, apesar de o período eu achar curto. Acho que 10 anos é importante até para a gente confrontar as informações que nós temos da Secretaria de Segurança com as informações dos dados também oficiais, que são exatamente



da questão do SIM — Sistema de Informações sobre Mortalidade, e a partir daí a gente fazer uma avaliação, se existe subnotificação, se não existe etc.. Portanto, eu acho interessante, e sugiro ao Deputado...

Apesar de a gente ver a explosão da violência ter ocorrido na década de 80 e o crescimento dos índices na década de 90, que foram os dois principais saltos, em números absolutos nós estamos chegando a uma explosão de novo, a um recrudescimento da violência no Brasil.

Nesse sentido, eu concordo, e solicitaria do Deputado Delegado Éder Mauro que nós ampliássemos o prazo, botássemos uns 10 anos, para termos uma avaliação da última década. Que levássemos em consideração essa observação e, no mais, concordo. Eu acho que o conteúdo ajuda-nos a formar uma opinião mais ampla sobre essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra Deputado Silas Freire, do PR — que está registrando a presença.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu estou mais como expectador da Comissão, porque estou me preparando para participar da Comissão Especial de Redução da Maioridade Penal, Sr. Presidente, e, embora tenha chegado atrasado, tinha o desejo muito grande de ouvir o nosso representante, cheguei a ouvir algumas versões.

Ao nosso representante, nós queríamos dizer que os números da UNERJ — Universidade do Estado do Rio de Janeiro, no que se refere a menores, trazem-nos uma preocupação muito grande. A UNERJ nos mostra que nós teremos em 2016 — isso só com relação a menores, não chega a essa faixa etária de 29 anos — 37 mil adolescentes menores de idade assassinados. Mas esses mesmos números — e eu o ouvi, na sua exposição, falando muito de polícia, de Estado —, nos mostram que 60% dessa juventude, desses adolescentes menores estão envolvidos no crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nobre Deputado, a ideia era de que...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Não! V.Exa. está certo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Eu pensei que V. Exa. havia pedido inscrição para falar sobre o requerimento.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Tudo bem. É que eu não resisto.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Posterior à votação do requerimento, nós fazemos questão de abrir a palavra a V. Exa.

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Não, tranquilo. Eu não fiz nenhum pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A verdade é que houve uma confusão da Mesa...

O SR. DEPUTADO SILAS FREIRE - Eu acho que o Secretário registrou a nossa presença. Eu vim mesmo foi ouvi-lo para poder formular um pensamento, uma ideia melhor na minha participação na Comissão Especial de Redução da Maioridade Penal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Seja sempre bem-vindo a esta CPI.

Com a palavra o autor do requerimento Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Eu tenho certeza de que todas as colocações feitas aqui não criam nenhum problema ao requerimento; ao contrário, só vêm somar.

Se nós pudéssemos puxar de 10 anos atrás, melhor ainda. Eu só o coloquei de 2012 para frente por dois motivos: um, a questão da eclosão das mortes de jovens que passavam a partir de 2012; outro, é que eu tenho certeza de que nós vamos encontrar em algumas Secretarias de Segurança, País afora, a não condição de fornecer de muitos anos atrás, porque muitas não eram informatizadas — acredito que de 5 anos para cá não tinham informatização —, e talvez elas não tenham esses dados mais. Mas não custa nada nós pedirmos, e se puderem fornecer de 10 anos para cá, melhor ainda.

Então, em relação ao requerimento, eu tenho certeza de que só vem enriquecer e instruir melhor a nossa CPI, porque os dados fornecidos pela Secretaria de Segurança vão mostrar quem esteve no local, quem viveu, quem juntou laudo, quem juntou perícias, quem tem a tipificação do crime, quem tem a motivação do crime, cor, tudo é lá na Secretaria. Então, nós vamos ter uma coisa mais materializada, para que a gente possa aqui reunir, somar, verificar, estudar,



juntar com as pesquisas feitas pelos palestrantes que estiveram aqui e chegarmos a uma conclusão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, o requerimento de V.Exa., a partir da sugestão dos Deputados Paulão, Davidson Magalhães, Delegado Edson Moreira e Orlando Silva, propõe a ampliação para 10 anos. A partir, eu não sei qual é a capacidade de informação das Secretarias Estaduais de Segurança e de Desenvolvimento Social, se ela tem a capacidade de..., qual é o período, porque o DATASUS trabalha com 2 anos para consolidar as informações.

Então, de repente, a gente poderia aprovar o requerimento...

Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O DHPP de Belo Horizonte e o patrimonial... O IML de Belo Horizonte tem condições de informar há 20 anos, se o senhor quiser, porque lá já era informatizado. Lá eu tenho certeza, porque lá eu conheço. Em São Paulo, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, vamos propor a partir de 2002. Seriam 10 anos, porque aí a gente pega a margem de 2012, teria aí..., até porque o DATASUS e o próprio professor que esteve aqui, o do Mapa da Violência, trabalha com os indicadores de 2 anos anteriores.

Então, a gente trabalharia com a data de 2002. Pode ser, Deputado Delegado Éder Mauro?

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Pode, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - E, nesse sentido, não sei se há necessidade, o Deputado Paulão propõe também solicitar as informações do DATASUS.

Eu pergunto ao Deputado Delegado Éder Mauro se há concordância em acrescentar em seu requerimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Com certeza. Pode, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, também a solicitação de informações do DATASUS, a partir de 2002.

E eu acho que é interessante...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu vou fazer uma observação com relação ao Deputado Paulão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Delegado Edson Moreira com a palavra.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O Deputado Paulão não estava na antepenúltima reunião que houve aqui quando eu falei como é que é feito o DATASUS. Porque é o seguinte: uma queda é dada como morte violenta. Quer dizer, vai haver uma “destoância”. O suicídio vai entrar, vai entrar um punhado de coisa que não é crime.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Nós podemos pedir ao DATASUS que também, se puder, fale de sua metodologia sobre...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - A metodologia do DATASUS é através da certidão de óbito, atestado de óbito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Presidente, eu gostaria de dizer que eu mantenho o requerimento, e queria ver se existe concordância do Deputado Delegado Éder Mauro — parece que ele já concordou, como autor do requerimento — no sentido de manter os dados do DATASUS.

A gente está solicitando informações. A gente não pode fazer um prejulgamento de informações, não é? Se a gente começa a fazer um prejulgamento de informações, já há uma carga preconceituosa aqui nesse processo. A gente está solicitando informações, até porque, como o Deputado Delegado Edson Moreira falou, quando disse que estava chovendo no molhado, se tivesse chovendo no molhado e esses dados fossem tão explícitos a essa violência, então, não haveria sentido ter criado a CPI.

A CPI foi criada porque existe ineficiência. Os dados da área de segurança não têm vasos comunicantes, não têm sinergia. Muitas vezes, a Polícia Civil tem um banco de dados, a Polícia Militar tem outro. O GGI — Grupo de Gestão Integrada só funciona no papel.

Então, Presidente, nós estamos solicitando aqui informações. O debate sobre os dados é outro momento.

Seria isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sobre o requerimento, ainda?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Sim. Se há concordância...

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Concordo perfeitamente. Qualquer informação que venha de onde quer que seja é importante para que a gente possa debater.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, passamos à votação...

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Sr. Presidente, quero só esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Quero esclarecer que essa questão do subsistema de informações de mortalidade não mistura as categorias, de jeito nenhum. Tem lá o que são mortes violentas, caracteriza inclusive o suicídio, morte de trânsito e homicídios. Está muito claro, não existe essa confusão em relação ao DATASUS. Mas é importante solicitar, porque aí nós vamos fazer o comparativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 20, do Deputado Delegado Éder Mauro, com as contribuições do Deputado Paulão, Deputado Davidson Magalhães, Deputado Delegado Edson Moreira, Deputado Orlando Silva, que propõe, então, levantamento de dados a partir de 2002, tanto das Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, quanto do DATASUS.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passamos para a nossa audiência. Voltamos ao item da pauta audiências, pela ordem de inscrição, Deputado...



O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. colocasse aos colegas a possibilidade da inversão, pela questão do horário e pela licença que eu pedi...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Deputado Delegado Éder Mauro é o segundo inscrito. Pergunto ao Deputado Delegado Edson Moreira se há possibilidade.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Então, com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Obrigado, colega.

Bem, eu tenho certeza — vou procurar ser breve —, quero dizer a todos, que ninguém aqui quer ver os nossos jovens mortos. Todos estão reunidos aqui com um único fim, para que a gente possa encontrar uma causa do que tanto está fazendo com que os nossos jovens estejam morrendo nas ruas deste País. Embora nós possamos estar divergindo de algumas posições, eu tenho certeza de que o ponto final é de que a gente possa saber por que nossos jovens estão morrendo e a gente possa tomar uma providência em relação a isso.

O Prof. Jacobo já trouxe algumas colocações a respeito do estudo que foi feito — eu tenho a pesquisa dele completa —, e algumas das causas que ele colocou, citou inclusive a cidade de São Paulo, refere-se ao envolvimento, ao confronto com o crime organizado. A segunda causa é exatamente a questão de políticas ineficientes relacionadas aos nossos jovens. Então, são essas as duas colocações feitas pelo professor. Quando ele mencionou inclusive a eclosão que aconteceu a partir de 2012, elas se alinham com o posicionamento que eu sempre defendi aqui nesta CPI. Os nossos jovens envolvidos com o crime, envolvidos com a droga, porque as organizações criminosas são chefiadas por grandes traficantes neste País, de dentro e de fora da cadeia, é, sem dúvida, uma das causas que têm levado a nossa juventude à morte. E isso foi colocado também pelo colega, Sr. Átila, da Anistia. Então, são causas que, colocadas pelo professor e pelo Sr. Átila, se alinham com o meu posicionamento.

A outra questão das políticas públicas, também colocada pelo professor e pelo Sr. Átila, também se alinha com o meu posicionamento. São causas que, tenho



certeza, são duas das maiores que têm levado os nossos jovens a essa questão das mortes. E eu, embora ninguém ainda tenha colocado aqui, mas eu acredito que ainda vai ser falado por outros colegas, tanto Deputados como palestrantes, somo a isso a desagregação familiar. Nós temos modelos de famílias diferenciados de 50 anos atrás com o que se vive hoje de família. Eu falei que um jovem daquela época não é o jovem de hoje. Para o jovem de 16 anos, 17 anos de 50 anos atrás, o seu limite era a rua de sua casa. Até as festas que eles frequentavam eram na rua da casa dele. Hoje, a coisa é diferente. Então, o jovem se expõe cada vez mais, eu tenho certeza de que outros colocarão isso.

O colega colocou a questão da impunidade, que eu também concordo, e de crimes de homicídios que pouco são muitas das vezes investigados e trazidos à tona o seu real motivo — a gente vê que cerca de 5% a 6% estão na cadeia por esses crimes.

Quanto ao envolvimento do agente do Estado, pela primeira vez eu ouço um palestrante — eu o parabeno por isso. Pelo menos isso! — dizer que o agente de Estado é um dos responsáveis. E eu não tiro essa questão, porque sei que gente ruim tem em todo lugar, em todas as instituições. Eu sei que tem policiais que cometem esse tipo de crime, muitas vezes, por essa questão de acabar levando os jovens, e também não só jovens, mas outros tipos de pessoas. Mas eu quero crer que eles tenham que ser punidos por isso. Tanto é que V.Sa. coloca que não só as pessoas comuns são vítimas, muitas vezes, desses policiais, mas, em confrontos comuns, a polícia também é vítima, como V.Sa. mesmo colocou, e que eu concordo plenamente.

V.Sa. colocou a questão de que em 5 anos a Polícia do Brasil matou 11 mil pessoas. Inclusive, fez a comparação com os Estados Unidos, que isso não matou em 30 anos nos Estados Unidos. Eu não conheço os Estados Unidos, mais de mídia e de algumas leituras, mas eu sei que o bandido nos Estados Unidos não tem tanta liberdade quanto tem o bandido no Brasil. O bandido nos Estados Unidos respeita e teme a polícia. O bandido no Brasil, não. O bandido, no Brasil, enfrenta a polícia. E diria mais: nesses 5 anos, em contrapartida, as 11 mil pessoas que morreram em confronto com a polícia, no Brasil, 2.500 policiais foram mortos. Ou seja, se V.Sa. for



pesar proporcionalmente número de policiais com número de bandidos que há neste País, morreram, com certeza, mais policiais em confronto com bandido.

Então, eu quero crer que essa é uma balança que tanto a polícia quanto o bandido têm levado a pior. E eu quero dizer que nós não queremos que nem polícia nem, nem bandido morra nessa situação. Eu não quero que nenhum jovem morra. Mas entre bandido e polícia, eu prefiro ficar do lado do policial.

Nós falamos aqui da questão do Estatuto do Desarmamento. Eu quero dizer — e não quero crer que estou errado — que, quando foi implantado o Estatuto do Desarmamento, ele tinha um objetivo, que era tirar as armas das ruas, que estavam nas mãos dos cidadãos de bem, principalmente, porque quem só entregou a arma foi cidadão de bem, para que essas armas não fossem utilizadas exatamente nos crimes que levassem à morte. Ou seja, para que fosse diminuído o fator morte com a utilização de arma de fogo. O interessante é que a imposição da questão do desarmamento não obteve o resultado que queria, porque, por incrível que pareça, desde a implantação do estatuto para frente, as mortes e os homicídios eclodiram cada vez mais.

Então, as armas que estavam matando e estão matando não são do cidadão de bem, porque as armas do cidadão de bem foram retiradas, entregues às polícias e destruídas. As armas que matam são as que entram pelas nossas fronteiras: armas pequenas e armas pesadas. As pequenas são colocadas nas mãos dos criminosos de nível médio, e as pesadas são colocadas nas mãos dos grandes traficantes que são os donos das organizações criminosas, que as utilizam para financiar e aparelhar o crime organizado nos assaltos às casas bancárias, sitiando cidades pequenas e cometendo grandes assaltos. Então, essa é uma questão de que eu também discordo.

Foi colocada aqui a questão da redução da maioridade penal. É outra questão polêmica, aliás, a gente sempre tem se envolvido nesse tipo de tema. E eu acredito que não é uma questão para a gente discutir aqui, embora tenha sido mencionado. É um tema também polêmico a respeito do qual eu tenho um entendimento e eu quero crer que o jovem de hoje, como eu coloquei anteriormente, é um jovem que tem uma liberdade ampla, tem acesso à Internet de forma ampla, aprende tudo que é bom e é ruim e tem acesso a programas televisivos que ensinam tudo que é bom e



ruim — e isso não é preciso nem a gente dizer, porque é só assistir à televisão que a gente tem acesso a isso. Então, o jovem de hoje sabe o que é certo e errado. A gente vai voltar à questão da impunidade, porque eu tenho certeza de que, se uma pessoa sabe que vai ser punida por um crime que vai cometer, vai pensar dez vezes antes de cometer aquele crime. Isso, com certeza, diminuiria a criminalidade e, também, diminuiria até as mortes dos jovens neste País.

Esse é um posicionamento, Sr. Presidente, que a gente quer colocar. E quero pedir desculpas e licença, para que a gente possa se retirar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Delegado Éder Mauro.

Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Bom, Sr. Presidente, eu não quero ser o dono da verdade aqui e nem vou ser o dono da verdade nunca. Sr. Presidente, eu só vou falar pela minha experiência, pelo curso de Sociologia — a especialização que eu fiz na UFMG —, pelo que eu conheço e pela vivência no dia a dia, nessa área. Só isso! Eu também não gosto de florear também, falar que esse Governo fez isso ou fez aquilo. Eu vou falar no todo, da vivência.

O palestrante não citou nenhuma fonte de pesquisa para nós aqui, de onde ele tirou os dados de que falou, mas, sim, de ouvir falar.

É claro que, a meu ver, Sr. palestrante, devido à falta de investimentos, nos últimos anos, em segurança pública, em infraestrutura e em educação — nossa! —, começaram a explodir, a partir de 2003. Os homicídio tiveram uma explosão violenta a partir de 2003, por quê? Falta de investimentos. Ninguém nunca olhou para a segurança pública ou para educação, eu falo isso já há muito tempo. Tinha uma cultura neste País que era a seguinte: se o povo adquirisse conhecimento, ele mudaria ou se revoltaria. Quer dizer, de desvio de verba e de corrupção então nem se fala!

De 2003 para cá, houve um desvio, uma explosão, uma derrama de dinheiro público que foi parar na mão de sabe lá quem. Isso está todos os dias sendo falado. E houve uma época, há tempos, em que os pseudodefensores dos direitos humanos, o internacional realmente, não aquele que atacava o Estado. Na realidade, quando atacam o representante do Estado, ele está atacando o Estado.



Quando está atacando a polícia, está atacando o Estado. Quer dizer, fortaleceu a criminalidade, fortaleceu o confronto. Por quê? Vou falar por mim, sem medo de errar. Em todos os processos a que eu respondi, em tudo, só tirei a vida de outrem em legítima defesa. Deus sempre olhou por mim, sempre foi injusta a agressão, não sei os outros.

Casos pequenos acontecem, é lógico que toda regra tem exceção, mas, na maioria, quem está no confronto, no dia a dia, sempre vai ter esse confronto. Se estava passando no banco na hora em que ele estava sendo assaltado, o confronto é certo. Os caras estão armados até os dentes, vai ter um confronto, e alguém vai morrer nesse confronto. E às vezes sobra para quem está passando nas ruas, porque o criminoso, quando está atirando, não quer saber. Se ele está com uma arma de alto poder de fogo, não quer saber se tem parente, se a casa é de madeira ou o que seja, ele passa fogo e pronto.

Agora, o policial tem que pensar nisso e às vezes responder. Vou falar do agente público ou de qualquer cidadão que está no confronto, ele vai ter que pensar: *“Se eu estou com um fuzil 556, eu não posso atirar na favela, porque vai atravessar a parede e vai pegar alguém”*. Mas o bandido não pensa assim, o criminoso, quer dizer — bandido, não, vamos falar criminoso —, ele vai mandando bala e pronto, ele quer sair daquela situação. E a culpa vai cair em cima de quem? Do Estado, é lógico, sempre.

Hoje de madrugada, houve uma chacina na zona sul de São Paulo, e mataram seis, lá — seis! —, em pontos diferentes. É lógico que toda hora estão morrendo. Mataram um policial ontem de manhã, e, antes de saber da investigação, já estão ligando a morte do policial com a chacina. Pode ser que até que tenha alguma ligação, mas, sem lastro algum, o pessoal já vai acusando.

É isso o que acontece aqui, infelizmente. Acusa-se e, depois que é apurado, não se dá o resultado da apuração. Eu já sofri isso. Eu falo isso aí, porque conheço, já sofri na pele. O pessoal joga o nome na lama e, depois que é apurado e não tem nada daquilo lá, o que acontece: não se fala mais nada. Mas, aí, já se enlameou a pessoa. E como se recupera isso aí, a moral? Há incosequência de quem acusa. E os meios de comunicação que os divulgam é que causam esse impacto.



Graças a Deus, de tudo o que me acusaram — eu falo na prática — não pegou, graças a Deus! A gente já tem aquela história de vida anterior de quem é.

A meu ver, a melhor Constituição popular que se teve até hoje — popular! Não essa última Constituição, que não foi popular. Quem a convocou foi o Presidente da República, então ela é derivada. A popular é aquela em que o Constituinte é eleito pelo povo, faz a Constituição, depois é dissolvido e vai embora. Nessa, não, nessa houve a eleição, o Presidente Sarney convocou, instalou o Congresso Constituinte, e até hoje ela não foi acabada ainda —, quer dizer, popular, popular, que eu conheça, a melhor Constituição foi a de 1946.

Sobre a Anistia Internacional, eu já participei de muitos casos e já conversei com vários da Anistia. O último com quem eu conversei foi o James Stewart — e não sei se você o conhece —, da Anistia Internacional. Ele esteve lá em Belo Horizonte, na chacina do Taquaril e na chacina do Itaipu, e, graças a Deus, nós conseguimos apurar os crimes.

Nos idos de 70 já se falava na violência. O próprio Chico Buarque fez aquela música *O Meu Guri*. Lá já se chamava a atenção para a violência contra a população pobre, contra a população negra, desde aqueles idos, em 1975, nos anos 80. O pessoal estava matando demais da conta. Eu me lembro dessa época.

As informações para a população são distorcidas. A pessoa tem uma visão e joga a visão dela; de propósito ou para angariar alguma coisa, distorce a realidade dos fatos. E o senhor sabe como é: aquela mentira contada várias vezes se torna uma verdade.

No Rio de Janeiro, por exemplo, em relação à política de Estado, misturaram os ideólogos que lutavam pelo regime, à época, com os presos comuns. O que aconteceu? Os ideólogos ensinaram os presos comuns a lidar com as causas de guerrilha, e o Rio de Janeiro hoje está o que está. Teve uma escola na Ilha do Governador, e começou por ali; teve até resgate de helicóptero dentro de penitenciária no Rio de Janeiro, como também em São Paulo, como foi o resgate do Escadinha.

Quer dizer, são ensinamentos. Um preso não pode ficar junto com outro. Um é ideologia; erro de Estado, de política, que está explodindo hoje em dia, está explodindo hoje isso daí; a verdade é essa. Por quê? O crime organizou-se tanto no



Rio de Janeiro e em São Paulo que o crime organizado manda o jovem servir no Exército, principalmente na Brigada Paraquedista, para aprender as táticas de guerra e levar os ensinamentos para o meio criminoso.

O que acontece? O confronto é todo dia, toda hora, a ponto de o criminoso ostentar tanto poder de fogo que, quando dá aquele projétil traçante — e aquele projétil traçante é arma de guerra —, o que acontece? Para determinada missão, eles atiram à vontade com projétil traçante lá no Rio de Janeiro.

O crime organizado também, principalmente o tráfico de drogas — e não estou falando que o tráfico de drogas é o responsável por essas mortes, mas tem muito a ver —, o que ele faz? Ele recruta o jovem, o estudante. Ele vai para a escola e leva 18 anos para se formar, mais ou menos. Ele pega o jovem lá e paga 2 mil reais por semana. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Deputado, como nós não combinamos o tempo...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O horário? Não tem problema, porque, da última vez em que estive aqui, eu escutei aqui um...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, não. Eu concordo com V.Exa., nós não combinamos aqui. Não hoje, mas, na próxima audiência, vamos combinar 5 minutos, por causa do horário do nosso convidado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - V.Exa., na última vez, falou por 15 minutos direto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, é impossível falar por 15 minutos. Não tem nem tanto argumento assim de *expertise* histórica.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Vocês viram uma propaganda de polícia?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - O Deputado falou até do Chico Buarque de Hollanda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o Deputado Delegado Edson Moreira para sua conclusão.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Eu vou ser mais rápido.



O crime organizado em geral tem armas potentes. Falta cultura em nosso País, e houve uma política, anteriormente, de desacreditar as forças regulares do Estado. E isso aí foi por muito tempo, até que se inverteu o ônus: bateram tanto e agora vieram administrar.

Mais uma vez vou falar do problema da cor. Por que a maioria é? Porque, no Brasil, nós temos todas as raças. E vou falar mais uma vez: branca, negra, vermelha e amarela. Aí teve a miscigenação, vieram o cafuzo, o mameluco, o moreno e o mestiço. Mas, como veio o problema das cotas nas universidades, todo mundo achou que era negro para poder entrar na faculdade, aí virou uma bagunça só.

E, para finalizar, com relação ao Estatuto do Desarmamento, o pessoal costuma impingir à população coisas que ela não quer, e não é por aí que eu acho que tem que resolver. Acho que todo mundo tem que ter seus direitos. O direito de escolha do cidadão tem que ser respeitado.

Eu acho o seguinte: desarmaram a população, mas o homicídio quadruplicou no País, de 2003 pra cá. E eu falo que quadruplicou porque eu acompanhei. O número de latrocínios é dez vezes maior, dez vezes maior! Eu vou provar isso aí, eu não falo por falar. Eu sou um estudioso da matéria, eu acompanho, não falo por falar.

Eu acho que tem que ter um investimento maciço em educação, mas maciço mesmo. E também acho o seguinte sobre a redução da maioridade penal: 1% dos homicídios cometidos por menores são 200 mil homicídios por ano. É muito homicídio, e eu acho que temos que poupar a vida das pessoas. Para 200 milhões de habitantes, 1% eu acho que dá 200 mil. Estou errado?

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Um por cento dos homicídios.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Ah, dos homicídios?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Os homicídios são 60 mil.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Mesmo assim, é muito homicídio ainda, é muita vida que pode ser poupada.

Eu acho que todos têm que ter responsabilidade. Tem que ser incutido isso aí desde novo, e foi isso que eu aprendi.

Desculpem-me.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Com a palavra o próximo orador, Deputado Orlando Silva.

O SR. DEPUTADO ORLANDO SILVA - Sr. Presidente, agradeço a palavra.

Quero cumprimentar o nosso convidado, que representa aqui a Anistia Internacional e agradecer a colaboração que ele dá à nossa Comissão. Eu queria fazer uma provocação ao nosso convidado para ouvi-lo.

A Anistia Internacional é uma instituição que tem uma projeção importante, uma audiência importante e uma experiência importante. Nós assistimos aqui a uma apresentação do mapa da violência, pelo Prof. Jacobo, que foi muito interessante. A mim me interessa uma reflexão, por parte da Anistia Internacional, sobre o que o Prof. Jacobo chamou de fatores estruturais da violência, sobretudo contra a juventude negra e pobre do Brasil.

Ele chamou a atenção para três fatores: primeiro, a impunidade, a que o senhor já se referiu de passagem durante a sua intervenção; segundo, a cultura da violência, que eu considero um elemento importante para que nós possamos fazer uma reflexão, um debate político e eventualmente pensar iniciativas para enfrentar esse ambiente, essa difusão desse padrão de cultura; e terceiro, a tolerância institucional.

Eu considero que são três aspectos que, de fato, merecem uma reflexão por parte desta Comissão, para saber como pensa a Anistia Internacional sobre essas matérias.

Eu acredito, Sr. Presidente, que aqui tem temas, digamos assim, sobre os quais chegará a hora de nós fazermos o debate. A questão da maioria penal é um exemplo disso. É claro que o convidado pode se manifestar, deve se manifestar, mas, no âmbito da Comissão, haverá o momento para que nós possamos fazer essa discussão de mérito. A Casa, inclusive, faz o debate de mérito.

Tivemos a infelicidade de aprovar a matéria na Comissão de Constituição e Justiça — e há uma Comissão Especial que examina essa matéria —, e creio que em algum momento, talvez na fase final, quando nós formos elaborar o nosso relatório de trabalho, nós tenhamos que abordar essa matéria, porque é uma matéria que tem implicação direta, digamos assim, sobre essa parcela da população que nós procuramos apurar.



Eu considero uma pena que o nosso especialista aqui, o Deputado Delegado Edson Moreira — é Edson Moreira, não é, Sr. Presidente? —, não esteja aqui, porque ele reitera uma questão que não é oportuna. Ele quer discutir, Deputada Benedita da Silva, se há ou não identidade racial no Brasil.

Na visão dele, há uma miscigenação no Brasil e não há negros praticamente. É o que eu entendo do que ele fala. Queria provocá-lo hoje sobre o porquê de serem tão diferentes as faces no Capão Redondo, no Campo Limpo, onde aconteceu essa chacina nesta madrugada, e as faces no plenário da Câmara dos Deputados.

É só batermos uma foto no plenário da Câmara dos Deputados e uma foto no Capão Redondo e vamos perceber que tem uma diferença brutal, um contraste evidente. Aqui dá a sensação de que estamos em algum Parlamento europeu, quando você circula pelo plenário, Sr. Presidente. E quando você caminha pelo Capão Redondo, para citar o exemplo de um bairro pelo qual tenho um carinho e no qual tenho uma presença muito grande, é como se caminhasse na África. E o Deputado Delegado Edson Moreira insiste que não há qualquer diferença.

Então, acho que é inoportuno, mas haverá o momento para a gente poder consolidar uma visão, um conceito. Eu creio que até o fim desta CPI, Sr. Presidente, vamos convencer o Deputado de que há diferenças étnicas, há identidades culturais, como também — e o mais grave — há fenômenos como o racismo, o preconceito e a discriminação, que infelicitam uma parte muito expressiva da população brasileira. Mas ele nem pôde ouvir a minha reflexão. Queria apenas cumprimentá-lo pela intervenção e provocá-lo sobre esses aspectos que eu considero que são muito relevantes.

Não nos basta apenas olhar os números e ver, porque eu tenho a impressão de que o mapeamento feito já aponta com muita agudeza, digamos assim, o dado da realidade, que é essa violação da nossa juventude, sobretudo da juventude negra. Mas me interessa, quando possível, ouvir reflexões sobre fatores estruturais, para que nós possamos, como a CPI propõe, apontar, quem sabe, um caminho para a superação dessa realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Deputado Orlando Silva.



O próximo inscrito é o Deputado Davidson Magalhães. Ele justificou; tem uma reunião administrativa da CPI da PETROBRAS. O próximo é o Deputado Paulão.

Com a palavra o Deputado Paulão.

O SR. DEPUTADO PAULÃO - Sr. Presidente, primeiro, cumprimento o convidado, Sr. Átila Roque, que representa a Anistia Internacional, uma entidade importante, e o seu conteúdo aqui nos serve de reflexão.

Eu queria também me solidarizar com a intervenção do Deputado Orlando Silva. Foram questionamentos bastante objetivos, que servem de reflexão para questionamento.

Agora, veja bem — e eu tive a oportunidade de ouvir o Deputado Delegado Éder Mauro, e isso vem sendo replicado —, as armas que são usadas pelos menores ou para cometer homicídios, primeiro, são armas de fora. Trata-se de uma questão de fronteira, e a fala de V.Sa. parece que contraria isso. Lá em Alagoas, pelo menos, esse dado não bate com a fala do Deputado Delegado Éder Mauro.

Nos homicídios que são praticados em Alagoas e no Nordeste, mais de 80% das armas são nacionais. E o mais grave: são armas que são custeadas pelo Poder Judiciário. Ou seja, são armas que o Estado deveria guardar, mas elas servem para o crime. Então, esse discurso é para deslocar o eixo. Na realidade, é preciso pegar esses dados com muito carinho.

A outra questão é um fenômeno novo, que eu gostaria que V.Sa. aprofundasse, que é a questão do *crack*. É uma droga alienígena, é verdade, que tem uma realidade que todos deverão analisar com muito carinho, tem o seu papel, até porque a Constituição de 1988 preconiza que segurança é dever do Estado, dando pouca responsabilidade aos Municípios e à União. Mas a gente está em 2015. Então, qual é o papel do Município em relação a isso? Qual é o papel da União? Qual é o papel da sociedade civil? Enfim, são desafios que a gente tem que trabalhar.

E a outra questão que foi falada aqui pelo colega Deputado Delegado Edson Moreira é em relação aos investimentos. Se a gente fizer o comparativo dos investimentos do Governo do PT, Governo Lula e Dilma, em relação aos governos anteriores, a gente verificará que o investimento na segurança aumentou. Se ele é insuficiente é outra questão. Se ele tem uma amarração que foi conquistada, a



exemplo da educação e da saúde, é outro critério, até porque a segurança, naquele momento, quando você fazia uma pesquisa, não era um item que aparecia com tanto destaque.

O grande problema, décadas atrás, era o desemprego, e muda o foco. Acredito que aumentar os investimentos pode ser insuficiente. A gente tem que aprofundar essa discussão, até porque, por exemplo, nas áreas fundamentais, como na educação, a diferença do FUNDEF para o FUNDEB cresceu dez vezes. E eu avalio que ainda é pouco esse valor. E a gente teria que discutir a mesma questão na área da saúde.

Então, este Governo conseguiu aumentar, sim, os recursos da educação, que podem ser insuficientes, melhorou a saúde, que eu acho que é a grande política pública que toda a população reclama, e com suas razões, e criou o Ministério do Esporte, que não existia. Nós tivemos o prazer, inclusive, de ter o Deputado Orlando Silva como titular daquela Pasta, que a gente sabe que é uma Pasta importante, além dessas políticas tradicionais.

Sr. Presidente, tem uma questão também que a gente tem que aprofundar, mesmo não querendo, mas a gente tem que fazer o bom debate. É que a lógica da segurança nacional, que foi permeada pela ditadura militar, de 1964 a 1985, era que o inimigo era interno, não é? E essa mesma segurança não se reciclou para verificar essa realidade de hoje.

Primeiro, a explosão urbana, que é um fenômeno internacional, não é um problema nacional, o processo da urbanização das cidades maiores. E é importante, claro, ter treinamento da SWAT, do Mossad, mas não se consegue equacionar a realidade do Brasil. É um processo que a gente tem que discutir com muita calma.

Então, muitas vezes essa mesma segurança tem competência no pequeno delito — e aí eu não estou fazendo a defesa do pequeno delito, mas ele existe, como foi dito aqui pelo Deputado Orlando Silva, em relação a pequenos usuários —, mas não tem competência de equacionar o inquérito relativo aos 500 quilos de cocaína, do Senador Zeze Perrella, que está paralisado nesta Casa. E não é dado destaque por ninguém, nem pela grande imprensa, nem por parte significativa dos órgãos de segurança.



E olhe que o *crack* é um substrato, um derivado da cocaína e tem um poder de fogo enorme. Quinhentos quilos de cocaína no avião do Senador Zeze Perrella, no helicóptero dele, e não é dado destaque nenhum, silêncio, pianinho, calado.

Em relação ao debate ideológico, é bom fazê-lo. É verdade que algumas pessoas que foram contraventores, no momento da ditadura, juntaram-se a companheiros da esquerda e tiveram um aprendizado. Hoje, em São Paulo, um dos principais cabeças do mundo organizado, o Marcola, já se formou em Direito e já leu mais de 2 mil clássicos nacionais e internacionais. Poucas pessoas têm o nível de conhecimento que ele tem. A lei garante o processo da leitura interna, inclusive o da remissão.

Agora, a gente percebe que esse é um foco que tem só um viés. É preciso verificar que o grande contraventor do Rio de Janeiro é um capitão do Exército, o Capitão Guimarães. Não dá só para olhar um lado. O Capitão Guimarães, do Exército brasileiro, é o principal contraventor do Rio de Janeiro, inclusive, com poder letal muito maior do que o do antigo Castor de Andrade, que era um grande capo, mas conseguia ter um nível de diplomacia. Então, a gente tem que aprofundar esse processo.

E, por último, eu acho importante a reflexão do Deputado Delegado Edson Moreira, quando fala que pessoas da área de segurança muitas vezes são acusadas de uma forma açodada, e depois caracteriza essa pessoa, e não tem responsabilidade. E aí o Delegado tem minha solidariedade. Agora, é importante que essa solidariedade seja geral.

Nós tivemos aqui o caso do Deputado Federal Ibsen Pinheiro, que foi acusado e depois se verificou que ele não tinha culpa, o caso de Luiz Gushiken, que não teve culpa, e também aquela questão da Escola Base, depois de vários anos, inclusive com o suicídio de pessoas, em São Paulo.

Então, para mim, o Estado Democrático de Direito, que define a ampla defesa, o contraditório e que a peça do crime não deve ser mexida — e, por isso, a importância do projeto de lei, que trata dos autos de resistência, de autoria do Deputado Paulo Teixeira —, não tem que ser só para o agente de segurança, tem que ser também para o cidadão. A gente tem que discutir esse processo de açodamento com calma, inclusive nesse processo agora, que é um tema polêmico,



deslocado do eixo. A legislação garante que, mesmo você sendo indiciado, se não há perigo de fuga, se não contamina as provas e não tem ameaça, você não pode ser preso.

Essa questão do Vaccari mesmo foi uma prisão açodada, não só dele, mas de várias outras pessoas. E uma parte da população e a imprensa ficam caladas e uma parte da classe política não fica açodando, mas isso não é uma questão do PT. Trata-se da prisão de qualquer cidadão, e a gente fica fazendo esse jogo aqui interno.

E, ontem, de acordo com o *blog* 247, Fernando Henrique Cardoso está lançando o Secretário Matarazzo para ser o próximo Prefeito de São Paulo. E com um detalhe: ele não foi só indiciado, ele foi denunciado. A fase do Vaccari ainda é de indiciamento, uma peça administrativa que existe em poucos lugares no Brasil. Por isso, essa peça, até dentro da área de segurança, chamada de inquérito policial, tem um poder de fogo enorme na mão de quem o conduz. Por que poucos países têm essa peça? Só Gabão, Namíbia e Brasil. Em todos os outros países, o Estado Democrático de Direito eliminou o inquérito policial.

Então, Sr. Presidente, este debate é importante, como a fala do Sr. Átila Roque e a reflexão do Deputado Orlando Silva, mas eu queria que S.Exa. aprofundasse a questão das armas. É verdade esse mito de que as armas são de fora? Em Alagoas, 80% são armas nacionais, internas. E aqui tem a bancada da bala, e dizem que a Taurus financia a Rossi. A gente sai em defesa de que a Taurus é tal, mas em relação ao *lobby*, quando a gente vai verificar as contas, está lá a ajuda da Taurus e da Rossi, bancando candidaturas.

Em relação à questão dos investimentos, que o Deputado Orlando Silva falou, aumentam os investimentos nas áreas estratégicas, como a violência, a cultura, esse modelo, etc.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esta Casa é uma escola, é um exercício da tolerância, é o contraditório.



A democracia é exatamente a possibilidade que nós temos, não só da liberdade de ir e vir, de poder ouvir, e, através de ouvir, é que nós vamos refletindo.

Eu lamento não ter ouvido a exposição do Sr. Átila Roque, mas tenho absoluta certeza de que ela deve ter sido de um brilhantismo de detalhes que nos ajudará a dar continuidade a esse nosso processo na CPI. Tenho certeza que isso tem sido endossado pelas contradições colocadas aqui pelos nossos Parlamentares, que não comungam, evidente, com esse nosso processo, que é um processo democrático, que parte das reflexões colocadas pelo Deputado Orlando Silva e pelo Deputado Paulão.

Então, eu só quero, neste momento, deixar aqui os meus agradecimentos por sua presença e dizer que nós estamos em um esforço comum, pela iniciativa do Deputado Reginaldo Lopes, Presidente desta CPI. Quero dizer que temos nesta Casa grandes experiências em acompanhar várias outras CPIs, e o que nós sempre lamentamos é que, no final, temos um relatório, uma constatação, mas o desdobramento dessas constatações não acontece.

O que nós estamos buscando, na verdade, é que, dessa vez, nós não sejamos indiferentes aos resultados colhidos das manifestações, quer sejam das audiências, quer sejam dos chamados arquivos mortos, quer sejam das informações passadas ao vivo, e o que nós possamos acumular nas audiências públicas *in loco* desta CPI que teremos que fazer.

Nós já temos esses resultados horrorosos, mas passamos por uma série de dificuldades em fazer, às vezes, o debate temático nesta Casa de projetos que são projetos que podem melhorar as relações humanas. E nós temos visto, assim, intervenções totalmente identificadas com a barbárie a que hoje nós estamos assistindo, com justificativas que trazem para nós um horror apavorante, a ponto de nós ignorarmos, certamente, uma Constituição considerada uma Constituição Cidadã, uma Constituição considerada, mundo afora, uma das que têm os maiores avanços no que diz respeito aos direitos sociais, aos direitos humanos.

E nós percebemos, e não podemos negar, doa a quem doer, que, desde o Governo Lula e agora com a Presidenta Dilma, algumas medidas têm sido tomadas, sim, que são medidas importantes e que estão todas elas sendo ameaçadas neste novo Congresso que nós temos — e outros segmentos que são significativos hoje



nesta Casa, significativos do ponto de vista não só numérico, mas das ideias, em que pese repudiarem algumas das manifestações ideológicas —, elas estão permeadas aqui nas votações e decisões que se tomam em relação, por exemplo, ao auto de resistência, em relação a direitos que nós consideramos importantes, à questão da maioria penal e, entre tantas outras questões, à questão da mortalidade da nossa juventude negra, que está constatada aí. Jovens de 15 a 19 anos estão morrendo, e a constatação é de que 77% dessas mortes, mais de 56 mil assassinatos, são de negros.

Não podemos ser indiferentes, e isso faz com que nós tenhamos que ter ações, ter políticas, e elas passam, sim, por políticas de segurança, passam por educação, passam por mais oportunidade, passam por integração, passam por inserção, mas passam também, sobretudo, pelo que o Deputado Paulão coloca. Como vamos ignorar que, dentro de um helicóptero, você tenha 500 quilos de cocaína e isso não aconteça? Qual o exemplo que nós estamos dando, numa discussão sobre segurança, de combate ao narcotráfico? E nós vamos exatamente querer prender, por 20, por 30, por 40 anos, um viciado em *crack* ou mesmo um viciado em cocaína, quando nós não temos uma política para reprimir, ou, se temos, ignoramos essa política para reprimir?

Então, eu digo que essa lei tem uma cultura, ela tem, e posso dizer assim, uma classe social, ela tem uma etnia preferencial. Então, nós estamos aqui exatamente para nos somar à Anistia Internacional, para que nós possamos fortalecer as nossas políticas, políticas internacionais, fortalecer os nossos congressos, todas as nossas instituições, para que elas possam se comprometer com a vida, porque nós estamos tratando, evidentemente, de vidas. Nós estamos defendendo o combate à corrupção. Nós não podemos aceitar essa violação de direitos e assistirmos a isso como se fosse perfeitamente natural.

Para concluir, eu quero dizer, como não assisti, mas apenas baseada na intervenção do Deputado Orlando Silva e também na intervenção do Deputado Paulão, que nós temos essa cultura da formação policial, e isso é uma constatação que tenho, porque a abordagem independe da classe social. A abordagem policial ao cidadão passa pela cor da pele, principalmente pela cor da pele dele, porque o negro é suspeito em potencial. Se ele está em um carro zero, esse negro, no



mínimo, está dirigindo o carro do patrão ou ele está roubando aquele carro. É essa a visão que se tem.

Ainda hoje é assim, porque, se assim não fosse, eu não teria sido abordada por várias e várias vezes. Se não fosse assim, eu não teria tido, por várias e várias vezes, uma arma na minha cabeça. Eu gostaria que o Deputado estivesse aqui nesta sala para dizer a ele que eu não estava na condição de empregada doméstica, mas já tive algumas vezes uma arma na minha cabeça, e não foi por bandidos, foi por policiais na sua abordagem. E, no entanto, eu não quero que o policial morra, mas também não quero que mate a nossa juventude negra em razão dessa abordagem, dessa cultura. Então, é preciso, sim, que a gente aborde e a que a gente tenha esse grande elemento, essa grande referência com a cor da pele.

Se uma pessoa não se identifica, se acha que no seu País não existe essa coisa, por conta da miscigenação, mesmo reconhecendo que ser negro não é apenas uma questão da cor da pele, ficará para ele muito mais difícil poder entender, porque o grau de perda de identidade desse indivíduo é maior do que se possa imaginar. E ele, tendo essa perda de identidade, a possibilidade de ele fazer uma intervenção violenta e ter uma justificativa legal é bem maior do que de qualquer outro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Antes de passar a palavra para o nosso convidado, Átila Roque, quero dizer que, nas sugestões que o senhor encaminhou, ao final da sua fala, em especial quando propõe que o Brasil deveria adotar uma política de redução de homicídios e que a gente pudesse, então, estabelecer metas, eu acho que esse é o grande desafio desta CPI.

Eu pergunto ao senhor: quais deveriam ser os parâmetros para essa política, uma política decenal? Quais seriam as linhas do ponto de vista tanto da prevenção quanto da eliminação do homicídio? Quais seriam os principais eixos? Em nosso roteiro de trabalho, nós sinalizamos, do ponto de vista de proposições, o desafio de construir coletivamente, com a sociedade brasileira, o Plano Nacional de Enfrentamento ao Homicídio e, também, de Violações aos Direitos.

Eu pergunto, também, se V.Sa. acha importante mexer na Constituição para rediscutir o sistema federativo, em relação à segurança pública no País. Essa foi



uma proposição da Presidenta Dilma no processo eleitoral. Esta CPI também tem discutido se é importante ampliar a presença da União na segurança pública, até porque a questão da segurança pública é uma responsabilidade de toda a sociedade brasileira e, em especial, da União.

Nos últimos tempos, as políticas públicas que avançaram passaram por um sistema único de organização. Nós temos o SUAS — Sistema Único de Assistência Social, que avança nas políticas públicas, tanto do ponto de vista da assistência básica como da assistência especializada. Nós avançamos nesse sentido nos últimos 10 anos, a partir dos Governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma. Também, o Sistema Único de Saúde é o melhor exemplo, é uma política copiada pelo mundo. Às vezes, as críticas ao SUS são de pessoas que não o utiliza, são de pessoas que não estão sendo bem atendidas pelo sistema privado. A metade tem sistema privado, não é atendida, e faz críticas ao SUS. E quem utiliza o SUS o considera um ótimo sistema. É evidente que o sistema requer sempre mais aperfeiçoamento e tal. Há, sim, a necessidade de, talvez, criar — e há várias iniciativas de Parlamentares na Casa, vou distribuir às Srs. Deputadas e aos Srs. Deputados da CPI — a ideia do Sistema Único de Segurança Pública, além da PEC. É evidente, do ponto de vista da Constituição cidadã, que hoje poderíamos dizer que a segurança pública é uma responsabilidade dos Estados. Mas é evidente que a União não pode ficar omissa a essa realidade do País, a esse extermínio que nós temos hoje a partir dos homicídios de jovens negros e pobres.

Pergunto, também, o que o senhor entende dessa construção e quais seriam os eixos para essa construção.

Tendo em vista a fala de vários Deputados e Deputadas e também os índices do DATASUS — Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde e do Mapa da Violência, houve uma diminuição dos homicídios de jovens brancos e houve um aumento de homicídios de jovens negros e pobres.

É evidente que a Deputada Benedita da Silva colocou aqui alguns eixos importantes na construção de uma política de enfrentamento ao homicídio, por exemplo, a estrutura da justiça criminal no País. De fato, nós podemos afirmar que há um apagão geral, somente 8% dos casos são elucidados, e dos 8%, na verdade, apenas 5% são condenados. Então, esse indicador é estarrecedor.



Mas também há outro problema que deve ser considerado numa política nacional, que é o modelo do policiamento no País, porque está comprovado que ele é seletivo. Ele tem um foco em algumas comunidades, bairros, *status* social, cor, no sexo, na idade, e tem provocado, pelo modelo de policiamento, um aumento de homicídio do qual os indicadores também são estarrecedores. Nós temos 11 mil nos últimos 5 anos que extrapolam os 30 anos de todas as polícias norte-americanas, que é uma das polícias que, hoje, está sofrendo um debate internacional, por ter um viés racista.

Pergunto se também não é necessário nós ampliarmos as políticas afirmativas, e quais são essas políticas. Aí entra no terceiro eixo, colocado também por alguns oradores por aqui, que é a questão da condição juvenil, ou seja, a estrutura da justiça criminal, a questão do modelo de policiamento e a questão da condição juvenil. Como nós poderíamos contar com a contribuição da Anistia Internacional, que atua em 84 países — se não esqueci aqui na sua intervenção —, do ponto de vista de buscarmos experiências internacionais, para que possamos chegar a patamares de países civilizados. Quando falamos que, no Brasil, não há nenhuma guerra, nenhum conflito e tal, nós podemos quase afirmar aqui que há uma guerra racial no País, a partir da violência com os jovens negros. Nesse sentido, o Brasil está matando mais do que os conflitos internacionais. Eu queria ouvir um pouco da opinião do senhor nesse sentido.

O SR. ÁTILA ROQUE - Mais uma vez, muito obrigado pela...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Ah, desculpe-me, mas não concluí essa questão da condição juvenil. Seria necessário nós criarmos um fundo de promoção à igualdade racial? Nós criamos instrumento de governo, que é a nossa Secretaria de Promoção à Igualdade Racial. Sempre quando falam do tamanho do Estado, querem cortar o Ministério dos pobres; não cortam o dos ricos. Os pobres são sempre mais vulneráveis. Nesse sentido, pergunto se não é importante construir conjuntamente ao órgão de governo um fundo que faça a promoção da igualdade racial. Evidente que pode ser decenal, para um determinado tempo.

Eu me lembro de que, quando presidi a Comissão Especial de Políticas para a Juventude, nós ficamos em dúvida se só o órgão de Governo, buscando fazer as



políticas transversais, articular e coordenar as diversas políticas em diversos Ministérios, seria suficiente ou se seria necessário também ter um fundo para a promoção da juventude. Acabou que prevaleceram só os órgãos de Governo e da sociedade civil e, naquele momento, nós não criamos um fundo, também, para o sistema de políticas para a juventude. É evidente que a juventude mais vulnerável e mais abandonada pelo Estado é a negra. Naquele momento, isso não foi feito.

Então, eu também pergunto se não seria necessário um fundo nesse sentido, um fundo constitucional para que pudéssemos alterar a condição juvenil no País ou universalizar as igualdades para todos, independentemente da cor.

O SR. ÁTILA ROQUE - Muito obrigado. Eu vou tentar de novo. Desde o início, eu estou dizendo que esse é um tema de grande complexidade. Eu acho que o grande mérito desta CPI, nesses momentos históricos que vivemos hoje, no Brasil, é tirá-lo da clandestinidade, é, a partir do Parlamento, fazer com que a sociedade confronte os seus monstros, confronte os seus horrores, reconheça a dor solitária das famílias, das mães, das avós, dos irmãos, das pessoas que estão tendo seus filhos, netos, cunhados, etc. assassinados.

Este é o primeiro ponto que quero reafirmar. Eu costumo dizer que, às vezes, nós temos de pensar no curtíssimo, no médio e no longo prazos. E, no médio e longo prazos, esse é um ponto de partida, não de chegada.

Dito isso, talvez eu comece um pouco pelo final. Tocou-me muito, embora a Deputada Benedita da Silva não esteja aqui, acho que ela pegou muito o espírito de algumas coisas que eu tentei dizer no início da minha fala.

Eu estou convencido, falando em nome da Anistia Internacional, não é por outra razão que nós escolhemos esse tema como o principal tema de nossa intervenção no Brasil, mas também um dos principais no mundo. Como eu tive oportunidade de dizer, estamos trabalhando com esse tema nos Estados Unidos, no México, na África do Sul, no Quênia, e por outras portas de entrada da imigração também na Europa. Esse é um tema muito caro para nós, sobre o qual falamos muito.

E, no Brasil, hoje, ele é um tema que traça um marco de divisão entre civilização e barbárie. É nesse patamar de escolha que nós estamos no Brasil. Ninguém tem a verdade. Ninguém tem a solução mágica. Nós estamos tratando de



cinco séculos de história. Há de se reconhecer que é complexo. Mas, para reconhecer que é complexo, o primeiro passo é evitar a negação. E nós vivemos em negação. Nós vivemos silenciando essa tragédia, que é não só um índice altíssimo de morte de jovens, mas também um índice desproporcional de mortes de jovens negros. Nós podemos buscar todo o tipo de desvio, mas vamos chegar a um fato concreto, que mostra que 77% dos 30 mil jovens mortos no Brasil são negros. E isso tem um papel no condicionamento das escolhas que o Estado e a sociedade fazem em relação às suas políticas e aos seus recursos. Isso tem a ver com a história do racismo brasileiro.

O que nós costumamos dizer é que se se quer reduzir os homicídios no Brasil é preciso reduzir os homicídios de jovens negros. Aliás, basta ver os índices dos últimos 10 anos. Se se fizer o recorte por cor — não vou falar em raça, porque o IBGE trabalha com cor —, entre jovens brancos da mesma faixa etária, o índice de homicídios caiu em torno de 32%. Quando você olha a mesma faixa entre os jovens negros, percebe-se que subiu exatamente na mesma proporção de 32%, 33%. É escandaloso!

Nós estamos sustentando esse patamar altíssimo de homicídios de quase 60 mil ao ano à custa do assassinato de jovens negros, ou melhor, à custa de assassinatos de negros em geral, mas de jovens negros, em particular. Esse é um debate importantíssimo, porque contamina as escolhas que fazemos em termos de políticas públicas. Na minha percepção, esse é um debate civilizacional.

Nós queremos uma sociedade ancorada em valores de solidariedade, de direitos, de compaixão, de justiça, ou queremos seguir aprofundando a histórica desigualdade que ainda hoje prevalece no Brasil? Nesse sentido, é importante reconhecer, também, que é mais difícil discutir segurança pública do que discutir saúde, educação e outros temas no Brasil — é claro que é —, porque nós incorporamos esse tema na agenda da democracia muito tardiamente. O Presidente acaba de mencionar o Sistema Único de Saúde, as diferentes reformas por que passamos na Previdência Social, na educação. A partir da Constituição de 1988, todos esses campos passaram por reformas radicais nos diferentes níveis de responsabilização das esferas do Estado — federal, estadual ou municipal — e nas suas formas de financiamento. Todos passaram, também, por um enorme



aprendizado de participação: participação da sociedade, participação das pessoas do campo, participação do Congresso. Enfim, nós tivemos um aprendizado na democracia em que acertamos e erramos em muitos campos.

Hoje, há uma grande discussão sobre o peso e o valor dos conselhos, mas o fato é que, quando sentamos hoje em uma Conferência Nacional de Saúde hoje, nós encontramos usuários, profissionais, gestores, representantes do Estado, todos educados na arte da diferença, educados na arte da construção democrática, para encontrar solução para os desafios daquele setor. Você pode concordar ou discordar, etc., o debate nunca acaba, mas nós temos uma comunidade que passou por um aprendizado.

No campo da segurança, por várias razões, mas especialmente pelas dificuldades que nós tivemos, que é uma característica da nossa transição, de olhar para os crimes do Estado no passado, pelas dificuldades que tivemos de estampar as dores causadas durante a ditadura, só muito recentemente, há 2 anos, instalamos uma Comissão Nacional da Verdade, com muito atraso em relação aos demais países da América Latina, e ainda não demos nenhum passo efetivo para implementar as suas recomendações, o campo da segurança ficou para trás. Felizmente temos exceções, felizmente já começamos essa conversação. Felizmente, hoje, não é um fato excepcional encontrar organizações de defesa de direitos, a própria Anistia Internacional sentada junto com representantes da polícia e de outros setores. Isso é fundamental que aconteça. É por isso que eu valorizo muito a experiência, por exemplo, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que reúne profissionais de todas as áreas.

Mas nós ainda estamos muito verdes nesse processo e trazemos nas costas a cultura institucional de uma estrutura de segurança pública, que foi historicamente organizada para combater o inimigo interno — e não só durante a ditadura, mas antes, desde a República Velha e o Império —, que foi organizada para reprimir o negro, para caçar o escravo. Essa é uma mudança de natureza estrutural e nós vamos levar um tempo para passar por ela. Mas precisamos ter coragem de falar sobre isso e de enfrentar esses temas, o que me leva aos fatores estruturais que o Deputado Paulão mencionou, a partir da fala do Prof. Jacobo, com os quais eu não só concordo, mas também aos quais eu acrescentaria. Eu costumo dizer que o



Brasil gosta de se ver de uma forma muito diferente da que ele é. Ele gosta de se ver como um país não racista, como um país generoso, acolhedor, pacífico, não violento, fatos que são absolutamente contraditórios com a história e com a realidade vivida pelo País hoje.

Infelizmente, nós só conseguimos sustentar o padrão de desigualdade que ainda sustentamos hoje, padrão de desigualdade esse no acesso a recursos e no acesso ao poder, basta ver não só a composição do Congresso Nacional, mas também das direções das grandes empresas brasileiras, das universidades, que até melhorou depois da política de cotas. Enfim, basta ver como estão ocupados os lugares de *status* e poder no Brasil.

Mas isso só se mantém por tanto tempo porque, primeiro, fazemos um uso efetivo da violência. A violência é uma parte integral dos instrumentos de manutenção de poder no Brasil. É duro ouvir isso, mas é a verdade. Basta pensar o que é a realidade no campo e na área rural brasileira. A CPT — Comissão Pastoral da Terra acabou de divulgar um relatório em que diz que mais de 30 lideranças camponesas foram assassinadas só em 2014. O que é isso? Como isso não está na primeira página dos jornais? Como um país aceita isso? Isso explica muita coisa, explica a estrutura fundiária, explica a desigualdade no campo.

A violência é estruturante do poder, portanto, tem sentido. Então, a violência contra jovens negros, jovens pobres, jovens das periferias tem um sentido no arcabouço da dominação brasileira. É preciso reconhecer isso. Mas repito: nós temos que olhar a curtíssimo, médio e longo prazos. Reconhecer isso não significa dizer que não temos saída, que não temos espaço dentro das instituições para romper com essa cultura, não significa dizer que não precisamos avançar com medidas de curto prazo.

A mesma coisa vale para o tema da impunidade e o da tolerância institucional. Esses temas estão articulados. Eu não vou falar mais disso, porque já fui alertado aqui para o tempo, por causa do meu voo.

Eu queria comentar outra coisa, só para preservar a reputação da Anistia. O Deputado Delegado Edson Moreira, no início da fala dele, fez uma menção de que eu não citei dados, de que falei só do que ouvi falar. Enfim, eu não vou entrar no detalhamento das fontes que utilizamos. Quem conhece a Anistia sabe



perfeitamente que, às vezes, somos até moderados e tímidos no nosso posicionamento, justamente porque somos extremamente conservadores no trabalho com os dados. Quem conhece sabe que hoje eu usei dados que vão desde o Mapa da Violência, que trabalha com o SUS, até dados do IPEA, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e de muitos outros. Enfim, eu não fiquei citando isso minuciosamente, mas está à disposição. Nós vamos entregar à Comissão um pacote de relatórios, de ações urgentes, alguns instrumentos que utilizamos para construir o nosso trabalho, tanto instrumentos de pesquisa, relatórios de até 15 anos, 20 anos atrás, até instrumentos mais recentes, de 1 mês, 2 meses atrás, em que nós mobilizamos os nossos membros, no mundo inteiro, por alguns casos. Lá há muita referência.

Outra coisa que eu queria falar tem a ver com a questão do Estatuto do Desarmamento, com toda a temática das armas. Eu volto a dizer que é curiosa essa ideia de que o Brasil se desarmou à revelia. Isso não é o que eu vejo nos dados. Nós temos 15,2 milhões de armas em mãos privadas. Como nós nos desarmamos? Temos 15,2 milhões de armas, sendo que menos da metade delas, só pouco mais de 5 milhões, estão registradas. O restante não está sequer registrado.

Então, primeiro, vamos com calma nessa ideia de que nós desarmamos a sociedade brasileira; muito pelo contrário, a sociedade brasileira segue muito armada, apesar dos avanços e das conquistas feitas pelo Estatuto do Desarmamento e pelas campanhas de desarmamento.

Eu não vou ter tempo para entrar nos detalhes, mas nós temos uma vasta gama de estudos, feitos por organizações tanto brasileiras quanto internacionais — desde organizações como o Instituto Sou da Paz até o IPEA, que tem pesquisadores reconhecidos, além de universidades estrangeiras, etc. —, que são capazes de mostrar o impacto positivo, por um lado, de políticas de desarmamento em relação à violência. Se vocês quiserem discutir do ponto de vista científico, esses são dados sobre os quais nós temos vasta literatura nacional e internacional, analisando o caso brasileiro e casos de outros países.

E nós também temos uma vasta literatura mostrando como o armamento da sociedade acaba contribuindo para a vitimização do chamado cidadão de bem, na verdade, de todas as pessoas, em especial — aí os dados são contundentes — dos



jovens negros. Ver a causa da morte é muito importante. Era isso que eu queria dizer.

O Deputado Paulão tem toda a razão quando se refere ao fato de que, na verdade, as armas que matam no nosso País são do Brasil, fundamentalmente. É claro que há algumas que não são. Aliás, nós somos um dos maiores produtores de armas do mundo. Atualmente, estamos entre os maiores exportadores. Elas são produzidas aqui. E aí como elas entram? Às vezes, a tal fronteira vazada — de novo, há vários estudos mostrando isto — é vazada só lá na burocracia, porque a guia de exportação sai, mas a arma não saiu, ficou e, depois, ela circula por outros caminhos.

Então, há um campo de preocupação importantíssimo aí. De novo, a gente precisa escapar dessa demagogia fácil de dizer, primeiro, que o Estatuto desarmou o Brasil — não desarmou — e, segundo, que o cidadão de bem armado não é o que está cometendo crime, porque não é por aí a discussão. A discussão é como essa arma entra no mercado e chega às mãos das pessoas e, por conta da cultura da violência, como isso favorece inclusive que a resolução do conflito resulte rapidamente em morte.

Num país com altíssimo grau de violência doméstica como o nosso, ela rapidamente acaba no assassinato da mulher. Num país com uma cultura da violência que está ligada à masculinidade nas nossas periferias, na nossa juventude, um conflito no campo do futebol ou entre dois jovens por causa de uma namorada também pode acabar em morte, porque o acesso à arma ali foi muito fácil. Todos esses competentes precisam ser discutidos.

E é claro que nós precisamos olhar para além da polícia em relação às mortes. É obvio! É por isso que é importante ter cuidado com a apuração, com o inquérito, com a investigação, para que a gente possa construir diagnósticos e, portanto, políticas. A gente precisa saber como esses meninos estão morrendo. Mas também é preciso olhar de frente para o nosso próprio horror. E é um horror que a polícia brasileira mate 11 mil pessoas por ano! Para isso, não há outra palavra. É um horror que brutaliza a sociedade e a polícia.

O Deputado Éder Mauro dizia que, no Brasil, ao contrário de nos Estados Unidos, o bandido — nas palavras dele — enfrenta a polícia e que, nos Estados



Unidos, o bandido respeita a polícia. Eu diria que não, Deputado. Nos Estados Unidos ou na Europa e em muitos países o cidadão, respeita a polícia. Nesses países, a polícia é parte de uma esfera fundamental da garantia do direito, ou o que mais se aproxima disso, enquanto, no Brasil, a sociedade — não é só o bandido! — não respeita a polícia. Quantos de nós já ouvimos alguém dizer que prefere lidar com o bandido a lidar com a polícia?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O bandido não respeita.

O SR. ÁTILA ROQUE - O bandido também não.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O cidadão respeita, sim. O bandido não respeita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Vamos aguardar o fim da fala do convidado. Depois nós passaremos a palavra aos demais.

O SR. ÁTILA ROQUE - Deputado, veja bem, o que eu quero dizer é que a apuração das circunstâncias em que a polícia mata e ela precisa ser investigada, o que hoje não acontece, é um problema que é desfavorável à própria polícia, porque o Estado nos representa.

Eu costumo dizer — e repito aqui várias vezes — que o policial tem que ser tão valorizado quanto um médico, inclusive, tem que ser mais bem remunerado. Eu não tenho direito a andar com uma arma. Eu não tenho direito, em circunstâncias legítimas de defesa da vida — a minha ou a de outrem —, de eventualmente ser obrigado a matar. E matar não é uma coisa banal. Matar tem um impacto sobre o profissional, assim como sacar a arma e atirar. Esse profissional precisa estar apoiado, preparado, valorizado, reconhecido para fazer isso.

O fato é que a nossa política de segurança militarizada, baseada na guerra, que criminaliza a pobreza, não prepara o policial e criminaliza a sociedade. Perdem os dois. Morrem muitos policiais, e nem sempre durante o trabalho, segundo os dados que nós temos. Aliás, é preciso também investigar em que circunstâncias essas mortes estão ocorrendo. Provavelmente esses policiais estão sendo vítimas, sim, do crime. Talvez não haja coincidência entre o policial que comete o crime e o que morre. Então, é preciso fazer esse debate. Isso também não é investigado. Por que quase 80% das mortes dos policiais se dão fora do serviço? Por que isso acontece? É uma pergunta sobre a qual é importante refletir.



Portanto, o tema da segurança como um direito é um tema que toca no coração, que Estado queremos, que segurança queremos e como o Estado produz uma sociedade capaz de garantir esse direito para todos, não só para alguns.

Enfim, realmente tenho que parar. Mais uma vez, queria agradecer pela oportunidade de ter estado aqui. Acho muito importante que esta CPI vá ao território, vá aos Estados, ouça as famílias, os amigos das vítimas, ouça, com muita atenção, o que a polícia tem a dizer na ponta, o que aquele soldado, que está dentro de um *container* na UPP do Alemão, tem a dizer sobre a garantia dos seus direitos, o que ele tem a dizer quando se depara com um soldado do BOPE, que lhe dá um tapa na cara e o chama de bundão, de molenga? Ouça que isso significa, no nosso desenho de segurança pública, se nós temos esse tipo de situação hoje, por exemplo, num território tão complexo e tão difícil como o do Alemão.

É muito importante que esta CPI escute, para que ponha isso na mesa para a sociedade de uma maneira transparente, aberta e com a visibilidade que deve ter.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado, Sr. Átila Roque, Diretor-Executivo da Anistia Internacional, pela bela contribuição.

Eu quero informar que o carro que vai conduzi-lo até o aeroporto já está aqui.

O SR. ÁTILA ROQUE - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Mas a Comissão agradece a sua presença e vai contar com a contribuição da Anistia Internacional.

Muito obrigado.

O SR. ÁTILA ROQUE - Estamos totalmente à disposição para qualquer coisa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - O Sr. Átila Roque vai disponibilizar o material da apresentação, que será enviado para todos os gabinetes e também disponibilizado na página da CPI.

Vamos passar para os próximos itens da pauta, que são a apreciação dos requerimentos. Mas, antes, confirmo que no dia 4 de maio, segunda-feira nós vamos ao Rio de Janeiro. Nós estamos designando como responsáveis a Deputada Benedita da Silva, o Deputado Sóstenes Cavalcante, o Deputado Jean Wyllys e a



Deputada Rosângela Gomes, que vão organizar a nossa visita ao Estado do Rio de Janeiro.

Esta Comissão vai ficar responsável pela organização da agenda na Assembleia, agenda no Morro do Alemão. Nós estamos trabalhando aqui com visita aos Estados nas segundas-feiras; nas terças-feiras, audiência e reunião deliberativa; e nas quintas-feiras, audiências públicas.

Então, depois do Rio de Janeiro, no dia 11 de maio, nós vamos à terra do Deputado Davidson Magalhães, a Salvador, Bahia. Nós vamos designar os responsáveis — Deputado Bacelar, Deputado Bebeto e Deputado Davidson Magalhães, que são membros da nossa CPI — pela organização e apresentação à Mesa da CPI a programação. Quanto aos demais Estados, nas próximas reuniões, faremos a designação.

Quero pedir também à Deputada Benedita da Silva, que foi a nossa Presidenta aqui na eleição da CPI, que presida os trabalhos, para que eu possa apresentar alguns requerimentos de minha autoria.

Antes, eu queria pedir ao Deputado Davidson Magalhães que apresente o Requerimento nº 21, de 2015, do Sr. Deputado Roberto Alves, que requer a convocação do Sr. Jorge Elias Ferreira e de vários outros para falarem sobre a questão do Município de Cavalcante.

O Deputado Delegado Edson Moreira solicitou subscrição a esse requerimento.

Com a palavra o Deputado Davidson Magalhães.

O SR. DEPUTADO DAVIDSON MAGALHÃES - Como nós estamos numa política de acatar todas as oitivas que puderem corroborar com a nossa avaliação, eu solicito aos colegas que apoiem o requerimento do Deputado Roberto Alves, que

Requer audiência pública para debater medidas de proteção a crianças e jovens kalungas no Município de Cavalcante. Então, está dentro do nosso espírito de ouvir as diversas contribuições.

Portanto, coloco esse requerimento à apreciação. Tomei conhecimento agora desse requerimento, mas eu o subscrevo, para que a gente possa aprovar e agilizar os trabalhos da Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria. *(Pausa.)*

Passamos à votação.

Em votação o Requerimento nº 21.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Quero passar a presidência para a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Benedita da Silva) - Requerimento do Sr. Deputado Reginaldo Lopes, que requer a realização de diligência no Município de Cavalcante, Estado de Goiás, com o objetivo de averiguar as denúncias veiculadas pela imprensa sobre a prática de trabalho escravo, trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Nobres colegas, esse requerimento pretende fazer diligência e audiência no Município de Cavalcante.

É bom também lembrar, eu fui informado, que a Comissão de Direitos Humanos marcou uma visita no dia 20 de abril, na próxima segunda-feira. Nós vamos avaliar — eu queria pedir a aprovação dos colegas —, a partir da visita e da diligência que a Comissão de Direitos Humanos vai organizar no Município de Cavalcante, se será necessário a CPI estar presente, até porque o requerimento do nobre Deputado Roberto Alves já requer a convocação de vários envolvidos para estar aqui na Comissão prestando depoimentos.

Eu peço a aprovação do requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Benedita da Silva) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

Não havendo quem queira encaminhar, passamos à votação.

Em votação o Requerimento nº 22.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao outro requerimento do Sr. Reginaldo Lopes, que *“requer que sejam convidados a prestarem depoimento no âmbito desta Comissão Parlamentar*



de Inquérito a Sra. Elizabeth Alves da Silva, a Sra. Rosineide Alves da Silva e o Sr. Sebastião da Silva, parentes do jovem Cristiano Alves da Silva, assassinado no dia 08/04/2015, em Ceilândia, Brasília-DF”.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Eu quero pedir apoio a esse requerimento para que a gente possa ouvir detalhes sobre esse assassinato, que comoveu toda a comunidade de Ceilândia. Acho que é importante a gente ouvir os seus parentes.

Então eu peço apoio ao requerimento.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Benedita da Silva) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

Passamos à votação.

Em votação o Requerimento nº 23.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passamos ao Requerimento nº 24/15, também do Sr. Reginaldo Lopes, que *“requer que sejam convocados o Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal, Sr. Artur Trindade; o Diretor da Polícia Civil do Distrito Federal, Sr. Eric Seba de Castro; e o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, Sr. Florisvaldo Ferreira Cesar, a fim de prestarem esclarecimentos em audiência pública”.*

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Quero pedir apoio ao requerimento. Eu acho que é importante para o bom andamento dos trabalhos e para o objetivo desta CPI a gente também convidar os Secretários de Segurança Pública — não só do Distrito Federal — de vários Estados. Nesse caso específico, do Distrito Federal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Benedita da Silva) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

Passamos à votação.



Em votação o Requerimento nº 24.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 25/15, do Sr. Reginaldo Lopes, que *“requer a realização de audiência pública no Quilombo Kalunga, Município de Cavalcante, Estado de Goiás, com o objetivo de averiguar as denúncias veiculadas pela imprensa sobre a prática de trabalho escravo, trabalho infantil e violência sexual de Crianças e Adolescentes”*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Lopes, autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO REGINALDO LOPES - Esse requerimento segue um pouco a recomendação do nosso convidado da audiência de hoje, Diretor Executivo da Anistia Internacional, de irmos até as comunidades, ouvirmos a população vítima de violência, de preconceito, de violações de direito. Portanto, queria pedir a aprovação.

É evidente que há essa iniciativa da Comissão de Direitos Humanos, e nós iremos tabelar os futuros procedimentos. Mas peço a aprovação.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Benedita da Silva) - Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

Passemos à votação.

Em votação o Requerimento nº 25.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a Presidência da Comissão para o Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Quero agradecer mais uma vez a contribuição da Deputada Benedita da Silva aos trabalhos desta CPI e passo a palavra à nobre Deputada Benedita da Silva, autora do Requerimento de nº 26, de 2015, que requer *“convidar a sociedade civil e pessoas mencionadas para participar de audiência pública na CPI Jovem”*.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, esse requerimento eu faço por entender que essa contribuição é de relevância, pois nós sabemos da importância de que vítimas dessa prática de violência sejam também ouvidas, assim como as articulações de lideranças das



quais temos conhecimentos, que são pesquisadoras, que têm formações relevantes e que contribuirão, sem dúvida, não apenas com o relatório, mas para que tenhamos acessibilidade a outras pesquisas, informações e investigações que já foram feitas e que, certamente, se somarão às novas investigações que ora fazem estas audiências públicas e esta Comissão.

Por isso eu peço apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - V.Exa. vai apresentar depois os nomes das entidades da sociedade civil ou já estão em anexo?

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Já estão em anexo no requerimento. Se V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Não, tudo bem.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Para não enfadar o Plenário, pura e simplesmente, eu não os apresentei, mas já estão no requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Obrigado.

Consulto se algum Deputado deseja encaminhar contra a matéria.

Passamos à votação.

Em votação o Requerimento nº 26, da Deputada Benedita da Silva.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado o requerimento.

Vamos voltar ao item nº 2 da pauta.

Informo aos Srs. Parlamentares que estão disponíveis cópias da ata da 5ª Reunião Ordinária da Comissão.

Indago ao Plenário se há necessidade da leitura da ata?

Com a palavra a Deputada Benedita da Silva.

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - A pedido da Deputada, está dispensada a leitura da ata.

Em discussão a ata.

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a dispensa da leitura da ata.



Agradeço a presença do Srs. Parlamentares, da assessoria e dos demais presentes.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando nova reunião para a próxima quinta-feira, dia 23 de abril...

A SRA. DEPUTADA BENEDITA DA SILVA - Dia 23?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reginaldo Lopes) - Às 9h30min, quinta-feira, após o feriado. Às 9h30min, nós vamos fazer a audiência e anunciar o nome dos convidados.

Boa tarde, um ótimo feriado a todos e muito obrigado pela presença.